



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Tocantins - UFT
Campus de Palmas
Curso de Administração

VINÍCIUS BARBOSA ALBERNAZ

**PARLAMENTO JOVEM: A EXPERIÊNCIA DO
PROTAGONISMO JUVENIL NO PROJETO DEPUTADO
UNIVERSITÁRIO TOCANTINENSE**

**Palmas – TO
2016**



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Tocantins - UFT
Campus de Palmas
Curso de Administração

VINÍCIUS BARBOSA ALBERNAZ

**PARLAMENTO JOVEM: A EXPERIÊNCIA DO
PROTAGONISMO JUVENIL NO PROJETO DEPUTADO
UNIVERSITÁRIO TOCANTINENSE**

Monografia apresentada à Banca Examinadora, para a obtenção do título de Graduação do Curso de Administração, da Universidade Federal do Tocantins, sob a orientação do Prof. Dr. Édi Augusto Benini.

**Palmas – TO
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- A331p Albernaz, Vinicius Barbosa Albernaz.
 PARLAMENTO JOVEM: a experiência do protagonismo juvenil no
 projeto deputado universitário tocantinense. / Vinicius Barbosa Albernaz
 Albernaz. – Palmas, TO, 2016.
 102 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Palmas - Curso de Administração, 2016.
 Orientador: Édi Augusto Benini Benini

 1. Parlamento Jovem. 2. Protagonismo Juvenil. 3. Formação política e
 cidadã. 4. Extensão universitária. I. Título

CDD 658

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VINÍCIUS BARBOSA ALBERNAZ

**PARLAMENTO JOVEM: A EXPERIÊNCIA DO
PROTAGONISMO JUVENIL NO PROJETO DEPUTADO
UNIVERSITÁRIO TOCANTINENSE**

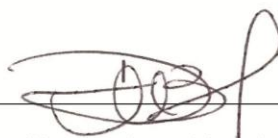
Monografia apresentada à Fundação
Universidade Federal do Tocantins, como
exigência para obtenção do título de Graduação
em Administração

APROVADA EM: 08/julhd2016



Dr. Édi Augusto Benini

Orientador



Dr.ª Liliam Deisy Ghizoni

Membro Interno



MsC Fernanda Rodrigues da Silva

Membro Externo

Dedico esse trabalho a minha esposa por ser minha fonte de inspiração em todos os momentos.

Aos jovens, deputados universitários, protagonistas juvenis, lideranças juvenis que lutam no seu dia-a-dia por uma sociedade e país melhor, seja no Parlamento, ou até mesmo no grêmio estudantil de sua escola fazendo a diferença com sua prática social, emancipatória e revolucionária.

Este trabalho acredita e fomenta esta prática.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por minha vida e por me dar forças para caminhar e lutar no dia a dia, entendendo toda minha trajetória de vida e os diferentes obstáculos superados para conseguir conquistar essa formação.

A toda a minha família, de modo especial, meus pais que sempre me incentivaram a estudar e às vezes, mesmo distantes se fizeram presentes na minha vida e no coração. Aos meus irmãos que se fazem presentes e que me proporcionam momentos felizes e de união.

A meu melhor amigo Valteir, que mesmo pela distância, mantemos-nos conectados, principalmente pelo aprendizado de vida que vivemos juntos, Tekken, Prince of Persia e etc.

Agradeço também a todos os atores e entusiastas que me fizeram entender o verdadeiro papel de uma “Universidade Libertária”, ao Professor Dr. Édi Benini pela contribuição com este trabalho e por me ensinar com sua vida através de novas relações sociais de produção, a Prof. Dr^a. Cynthia Miranda e ao Prof. Dr. Guilherme Bizarro pela perseverança e companheirismo ao acreditarem no ideal do Parlamento Jovem.

Aos colegas de curso, Juvenal Júnior, Luizão Monteiro, Rodolfo Nunes, Luis Felipe, Marina Ponce, Lucas, Robert “Bob”, Josane, Jéssica Costa, Ingrite, Julia entre outros que estiveram comigo neste árduo percurso. Agradeço a todos que de maneira direta ou indiretamente contribuíram para eu chegar nesse momento.

Em fim, a todos os interessados, leitores desta obra que espero que lhe possam despertar para transformação de uma sociedade justa e igualitária.

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”.

Paulo Freire

RESUMO

ALBERNAZ, Vinicius Barbosa. PARLAMENTO JOVEM: a experiência do protagonismo juvenil no projeto deputado universitário tocantinense. 2016, 102 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração). Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT. Palmas – TO.

Os programas Paramentos Jovens (PJ) são espaços que promovem maior aproximação do poder legislativo com os jovens, através do conhecimento de seu funcionamento e buscando envolvê-los na participação política-cidadã. O presente estudo propõe uma avaliação da experiência de jovens universitários no projeto Deputado Universitário Tocantinense (projeto DUT) e busca ainda entender qual a contribuição em sua formação política, cidadã e profissional. O percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa foi o método quantitativo e qualitativo, do tipo exploratória e descritiva orientada sob a forma de estudo de caso com informações sobre o antes e depois da participação dos universitários. A partir de uma amostra de 30 participantes utilizando a metodologia de análise de conteúdo das respostas, constatou-se que, o projeto foi eficiente e proporcionou aos estudantes conhecimento, oportunidade, experiência e compreensão do funcionamento da atividade parlamentar.

Palavras-chave: Parlamento Jovem; Protagonismo Juvenil; Formação política e cidadã.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Deputados jovens - edição de 2013.....	37
Figura 02 – Participação deputado universitário projeto politeia na câmara dos deputados Deputados jovens - edição de 2013.....	39
Figura 03 – Logomarca do projeto DUT.....	40
Figura 04 – Reunião estratégica	41
Figura 05 – Treinamento deputados universitários	42
Figura 06 – Simulação do processo legislativo.....	43
Figura 07 – Entrega de certificados.....	44
Figura 08 – Reunião com parceiros projeto DUT 2015.....	46
Figura 09 – Treinamento curso processo legislativo edição 2015.....	47
Figura 10 – Simulação do processo legislativo edição de 2015.....	48
Figura 11 – Entrega dos certificados e premiação edição 2015.....	49
Figura 12 – O que inspira você a participar do projeto dut.....	62
Figura 13 – Como o projeto dut contribui na sua formação.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Idade.....	55
Gráfico 02: Renda.....	55
Gráfico 03: Instituição que estuda.....	56
Gráfico 04: Grau de interesse em política.....	57
Gráfico 05: Nível de conhecimento em política facilidade/dificuldade sobre o assunto.....	58
Gráfico 06: Acompanha notícias sobre política.....	58
Gráfico 07: Participação política.....	59
Gráfico 08: Procurou algum parlamentar para resolver problemas.....	59
Gráfico 09: Nível de conhecimento sobre a ALTO.....	60
Gráfico 10: Percepção quanto à atuação dos parlamentares.....	61
Gráfico 11: Conhecimento sobre o processo legislativo.....	61
Gráfico 12: Avaliar interesse em política depois de participar do dut.....	65

LISTA DE QUADRO

Quadro 01 – Informações sobre os 3 Poderes Brasileiros.....	31
Quadro 02 – Comparativo entre os programas.....	69
Quadro 03 – Proposições deputados universitários.....	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Informações sobre os 3 Poderes Brasileiros.....	27
Tabela 02 – Curso que está matriculado.....	56
Tabela 03 – Consulta de frequência de palavras análise pré formativa.....	61
Tabela 04 – Resultado dos questionários análise formativa do projeto dut.....	64
Tabela 05 – Consulta de frequência de palavras análise pré formativa.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALTO – Assembleia Legislativa do Tocantins

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituições de Ensino Superior

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

ONU – Organização das Nações Unidas

PARLAMENTO JOVEM – PJ

PARLASUR – Parlamento del Mercosur

PNADs – Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios

PROJETO DUT – Projeto Deputado Universitário Tocantinense

SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SNJ–Secretaria Nacional de Juventude

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Justificativa	17
1.2	Situação Problema	18
1.3	Objetivos	19
1.3.1	Objetivo Geral	19
1.3.2	Objetivos Específicos	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1	Juventude no Brasil	21
2.1.1	Conceituando a juventude: Quem é o Jovem no Brasil?.....	21
2.1.2	Protagonismo Juvenil: cidadania, participação social e política	24
2.2	Poder Legislativo Brasileiro e Tocantinense	29
2.3	Parlamento Jovem	31
2.3.1	Parlamento Jovem no Brasil e no Mundo: definição, histórico e abrangência....	31
2.3.2	Parlamento Jovem no Tocantins.....	34
2.3.2.1	Criação, público e abordagem legislativa.....	34
2.3.2.2	Parlamento Jovem Tocantinense – 1ª edição.....	36
2.4	Projeto Deputado Universitário Tocantinense	37
2.4.1	Projeto DUT: criação, histórico e objetivo	38
2.4.2	Projeto DUT – edição de 2015	43
3	METODOLOGIA	49
3.1	Tipos de Pesquisa	49
3.2	População e Amostra	50
3.3	Instrumentos de Coleta de Dados	50
3.4	Procedimentos de coletas de dados	51
3.5	Procedimentos para análise dos dados	51
3.6	Devolução dos dados para a População Pesquisada	52
4	RESULTADOS E ANÁLISES	53
4.1	Perfil da amostra - socioeconômico	53
4.2	Percepção dos Participantes – Diagnóstico	56
4.3	Percepção dos Participantes – Posterior formativa	62
4.4	Análise dos Projetos DUT's - edição de 2012 e de 2015	68
4.4.1	Repercussões do projeto DUT	71
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	73
	REFERÊNCIAS	75

APÊNDICES.....	78
Apêndice A – Instrumento de Coleta de Dados.....	79
Apêndice B – Artigo.....	82

1 INTRODUÇÃO

Os programas denominados Parlamentos Jovens (PJ), ou “Deputado por um dia” são interpretados pela literatura como espaços que promovem maior aproximação do poder legislativo com os jovens, através do conhecimento de seu funcionamento buscando envolvê-los na participação político-cidadã.

De acordo com Cosson (2008) o PJ ou Deputado por um dia “costuma fazer parte dos programas de educação para a democracia das escolas do legislativo, hoje presentes na maioria das assembleias legislativas e em algumas das câmaras municipais brasileiras”. Sampaio e Siqueira (2013) enfatizam que o PJ busca melhorar a imagem da Assembleia Legislativa e desmistificar o trabalho de um deputado, que após participar do programa os jovens conhecem com mais propriedade o processo legislativo e podem, com isso, obter uma postura mínima e confiança na instituição legislativa.

O *Projeto Deputado Universitário Tocantinense – Projeto DUT* é um projeto de extensão desenvolvido pela Universidade e tem uma concepção de parlamento jovem que foi desenvolvido para trazer maior proximidade da juventude, em especial os jovens universitários da cidade de Palmas/TO, com o parlamento tocantinense por meio da simulação do processo legislativo realizado nas dependências da Assembleia Legislativa do Tocantins (ALTO). Vale destacar a inspiração no modelo de parlamento jovem adotado pelo Projeto Politeia na Universidade de Brasília (UNB), bem como pelo pioneirismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG) que realiza desde 2004, um projeto de extensão de Parlamento Jovem (COSSON, 2008).

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar um estudo sobre as experiências dos ex-participantes no projeto DUT, analisando os ganhos potenciais, em termos de formação política, advindos com a participação no projeto, especificamente sobre a edição do ano de 2015. Para alcançar este objetivo foi realizada uma análise qualitativa e quantitativa das respostas da população estudada durante o período em que vivenciaram, simularam, discutiram e debateram projetos de leis. Pretendeu-se, e em maior grau, a percepção de como o projeto DUT está contribuindo na formação política, cidadã e profissional dos deputados universitários. O que falta? O projeto cumpre seu papel? O que precisa ser melhorado? Como?

Por fim, realizou-se uma análise comparativa das duas edições do projeto DUT (2012 e 2015) demonstrando que podem existir diversas formas de abordagem sobre o mesmo tema, apresentando-se os desafios para a realização destes projetos, suas particularidades, seus avanços e resultados.

1.1 Justificativa

Os administradores são potenciais agentes de transformação na sociedade, pois buscam cooperar para uma administração pública participativa, através de conselhos públicos municipais, audiências públicas e outros mecanismos que forem pertinentes a coletividade. Vale destacar que diversos autores buscam desenvolver e fomentar uma cultura política participativa, por meio de atividades formativas, teóricas ou práticas, como elementos que possam estimular tal potencial mudança positiva na sociedade, em especial, via atuação cívica ou cidadã.

Nessa perspectiva, este estudo buscou avaliar o projeto DUT na forma de um experimento prático que teve como propósito fortalecer os princípios democráticos visando fomentar a participação social de protagonistas juvenis por meio de um parlamento participativo, a saber, simulando aspectos fundamentais do processo legislativo.

Destacando a importância da promoção de experimentos práticos para práticas formativas, Magalhães pondera que (2014, p. 64):

Situando os projetos do Parlamento Jovem no contexto educacional, é impossível separar os mesmos da escola e fora dela. Neste sentido, que ligação terão esses projetos com a sua formação como cidadãos ativos e conscientes do seu papel na polis? A educação desempenha um papel crucial neste desvendar e esclarecimento, por isso a pertinência da abordagem a este conceito, seguida da aplicabilidade nos projetos na escola e extraescola.

Motivado pela mesma questão, o presente estudo surgiu da experiência do pesquisador através de um modelo de Parlamento Jovem, denominado de Projeto Politéia que é um projeto de extensão realizado pelo Instituto de Ciência Política/IPOL da Universidade de Brasília – UNB. Como estudo de caso, resultou no desafio de implementar um projeto similar, com vistas a realidade local, para dar oportunidade aos universitários e jovens da cidade de Palmas/TO de se aproximarem e conhecerem o poder legislativo tocantinense.

A escolha do tema baseia-se não só pela prática do pesquisador através da pesquisa participativa, gerando conhecimento pela articulação entre a teoria e a prática, bem como pela necessidade e compromisso de se contribuir na avaliação destes programas de Parlamentos

Jovens no Tocantins, com vistas a desenvolver uma cultura política voltada à democracia cívica, em especial aos jovens universitários. Cabe ressaltar o caráter de ação inovadora deste projeto de extensão universitária desenvolvido na Universidade Federal do Tocantins (UFT), através do colegiado do curso de administração representado pelo orientador desta pesquisa, Prof. Dr. Édi Benini e pelo acadêmico Vinícius Albernaz, autor desta pesquisa. Deste modo cumprem a política de extensão da UFT que está pautada em três eixos principais: 1- promover a cidadania; 2- apoiar a diversidade étnico-cultural e 3- promover a arte e a cultura. Desenvolver este trabalho é reforçar a importante relevância social para a comunidade acadêmica e comunidade tocantinense, como forma de apresentar a sociedade no geral que este projeto existe e têm resultados expressivos.

O projeto DUT busca ainda estimular a formação política dos jovens universitários, na direção de uma cidadania participativa e democrática com vistas a enriquecer o seu protagonismo juvenil na sociedade. Gonçalves e Casalecchi (2013) reforçam essa idéia de que quanto mais novos conhecimentos os jovens adquirirem, mais os mesmos formarão novas opiniões mudando-se suas atitudes políticas provocando um efeito catalisador.

Por fim, justifica-se ainda pelo interesse da academia, especificamente no interesse de um aluno de Mestrado em poder legislativo do Senado Federal, acerca da história, dos princípios, idéias do projeto, impacto social, recepção dos deputados e resultados do projeto DUT.

1.2 Situação Problema

Os programas denominados “Parlamento Jovem” são recentes no Estado do Tocantins, com histórico de início a partir da realização do projeto DUT (edição 2012) organizado pelo autor da pesquisa juntamente com o colegiado do Curso de Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Logo em seguida no ano de 2013 a Assembleia Legislativa realizou a 1ª edição do Parlamento Jovem, conforme Resolução nº 248/2006. Recentemente no ano de 2015 foi realizado o projeto DUT pelo colegiado do curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Dentro desse cenário surge a necessidade em melhor avaliar o impacto desses programas de Parlamento Jovem no Estado do Tocantins, às vezes, realizado pela Assembleia Legislativa do Tocantins e, raras informações sobre esse tipo de ação/programa realizada em Câmaras Municipais no Estado. Nesse propósito urge a responsabilidade da academia Tocantinense de contribuir na avaliação e nas melhorias destes tipos de projetos/programas.

Cosson (2008, p. 116) afirma que não se tem informações a respeito de avaliações coerentes destes programas PJ ou Deputado por um dia necessitando-se assim de avaliações sobre o impacto apresentando na percepção e no comportamento do jovem participante. Nesse sentido, Fuks (2014) propõe um modelo de avaliação que explique o impacto de programas de educação cívica visando à compreensão dos processos e mecanismos associados à mudança de atitudes, aquisição de conhecimento e incremento do engajamento político dos jovens.

Nesse contexto, o principal propósito dessa pesquisa participante foi analisar a experiência de ex-participantes no projeto de extensão projeto DUT, edição 2015 e entender qual a contribuição do projeto em sua formação política, cidadã e profissional? Por fim, realizou-se um comparativo entre as edições de 2012 e 2015 do projeto DUT.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa é realizar um estudo das experiências dos deputados-universitários participantes do projeto DUT (edição 2015) bem como entender qual a contribuição do projeto em sua formação política, cidadã e profissional.

1.3.2 Objetivos Específicos

- ✓ Avaliar o impacto apresentado na percepção e no comportamento dos deputados-estudantes participantes do projeto DUT, edição de 2015, quanto aos aspectos do desenvolvimento de uma formação política-cidadã destes protagonistas juvenis;
- ✓ Contribuir na avaliação de programas sobre Parlamento Jovem no Tocantins e também para os estudos de temas sobre: juventude, protagonismo juvenil, em especial de estudantes universitários, o conhecimento e a vivência das atividades políticas do parlamento;
- ✓ Avaliar e comparar as duas edições do projeto DUT;
- ✓ Investigar, ainda, a relação entre Estado e sociedade civil representada pelos protagonistas juvenis através de experiências práticas do processo legislativo brasileiro e tocaninense.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A administração pública é a atividade concreta e imediata que o Estado realiza para garantir e promover os interesses coletivos. Nesta perspectiva, administração pública é ainda, um processo tanto de formulação como de execução de políticas públicas multi-institucionais, uma vez que participam diversas instituições e atores sociais.

Nesse sentido, Ferreira (2014, p. 31) afirma:

Os atores mais relevantes são aqueles com capacidade de influenciar os resultados da política pública, que conseguem sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva, estudam e elaboram propostas, tomam decisões e fazem com que intenções se tornem ações.

O Poder Executivo tem a função de implementar políticas públicas, de acordo com o interesse coletivo da sociedade. As instituições são importantes porque, na democracia, é através delas que as aspirações dos cidadãos podem-se materializar-se em políticas públicas (CARVALHO, 2009).

Entretanto, tanto a formulação, como a fiscalização das intervenções do Estado, isto é, uma concreta administração pública passa pelo poder legislativo, ou simplesmente pelo parlamento. O parlamento é o espaço público privilegiado para se discutir as prioridades e regras de uma sociedade, na forma de uma espécie de contrato social, e que são traduzidas em ações da administração pública. Dessa forma, o campo da política, a saber, o confronto e articulação de interesses, é elemento inerente da administração pública.

Os jovens no Brasil vêm a cada dia conquistando o *status* de sujeito de direitos, apesar disso, os mesmos encontram-se ainda muito distantes de terem uma participação efetiva nos espaços políticos e de decisão. Dessa forma, cabe tanto discutir a própria função do parlamento, como também a formação política dos jovens cidadãos.

Nesse intuito, os referenciais teóricos que fundamentam o presente estudo organizam-se em 04 seções. A primeira seção aborda e articula os conceitos ou definições de juventude, protagonismo juvenil, cidadania e participação político-social. Na segunda seção, aborda-se o poder legislativo brasileiro e tocantinense.

Na terceira seção, apresenta-se os principais teóricos que abordam a temática sobre Parlamento Jovem, conceitua-se o que é “o Parlamento Jovem” seu histórico, abrangência, formas desse programa, experiências internacionais e nacionais e apresenta o programa como ferramenta consolidada na construção de uma formação política-cidadã. Trata, ainda, do

Parlamento Jovem no Tocantins (PJT), do objetivo e do público do programa, procurando detalhar sua importância a juventude tocaninense.

Por fim, a quarta seção dedica-se a apresentação e análise do Projeto Deputado Universitário Tocantinense – Projeto DUT tratando-se de sua criação, histórico, objetivos, etapas de funcionamento, abordagem legislativa, panorama e repercussões.

2.1 Juventude no Brasil

Neste primeiro capítulo o presente trabalho abordará conceitos e definições do que é ser jovem? O que dizem os principais teóricos do assunto? Quais as legislações vigentes sobre juventude no país? Quem é o jovem no Brasil?

2.1.1 Conceituando a juventude: Quem é o Jovem no Brasil?

A juventude é um momento de transição e desenvolvimento da consciência social no indivíduo, um momento de descobertas e limitações, sejam elas culturais ou psicológicas, o que a torna bastante significativa para nós. Percebemos os jovens como um grupo importante na sociedade brasileira contemporânea, e que são em nossa visão o reflexo do sistema democrático representativo em que vivemos.

De acordo com Regina Novaes:

[...] a sociedade contemporânea é, paradoxalmente, ‘juventudocêntrica’, ao mesmo tempo em que é crítica da juventude. Em outras palavras, nos aspectos de vivência pessoal e da consciência coletiva, ser jovem é um ‘estado de espírito’, uma dádiva, um ‘dom’ de um momento passageiro da vida que não deveria passar, por ser o mais ‘interessante’ e ‘vibrante’. [...] Contudo, no âmbito profissional, no aspecto do compromisso cidadão ou no tocante à participação nos processos de tomada de decisão – inclusive nas esferas políticas – ser jovem é residir em um incômodo estado de devir, justificado socialmente como estágio de imaturidade, impulsividade e rebeldia exarcebada. Nesse caso, é possível afirmar que o jovem é aquele que ainda não é, mas que pode ser, ou que será. (NOVAES, 2006, p.5).

Entre meados dos anos 1980, o tema juventude surge através de instituições internacionais, movimentos sociais e Organizações não governamentais (ONG’s). Em 1979, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. Porém, apenas em 1985 esta ação acarreta no Brasil novos discursos sobre a juventude, isto talvez proveniente da recente abertura política do país através das Diretas Já e movimento juvenil dos caras pintadas.

No caso do Brasil, é importante destacar que a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulamentando o artigo 227 da Constituição (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988), em que estão tratados os direitos das crianças e adolescentes brasileiros. Conforme estabelecido no ECA, art. 2º considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. O ECA já está com 15 anos quando o país desperta para a juventude, ou seja, aquelas cidadãs e aqueles cidadãos não contemplados ou não assegurados pela Lei com portadores de determinados direitos.

No Relatório Nacional Brasil (2008), parte do Projeto Juventudes sul-americanas: diálogos para construção da democracia regional, jovens são aqueles entre 18 e 29 anos. A partir dos 30 anos já se é considerado adulto.

No Relatório é apresentado ainda um estudo quantitativo com 3500 jovens, em que a leitura e análise dos dados colhidos foram feitas com a perspectiva de compreender, principalmente, o que pode caracterizar a juventude com uma categoria e uma geração. O documento define que:

Para os efeitos desta Lei, são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, de acordo com a seguinte nomenclatura: I – jovem-adolescente, entre 15 (quinze) e 17 (dezesete) anos; II – jovem-jovem, entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos; III – jovem-adulto, entre 25 (vinte e cinco) e 29 (vinte e nove) anos (RELATORIO NACIONAL BRASIL, 2008, p.5).

Nesse sentido, recorre-se a um breve percurso histórico que em 2005 foram criadas pela Lei 11.129/2005 o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e foi instituído o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

Uma das diretrizes mais importantes para Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), desde sua criação, tem sido o reconhecimento da juventude como sujeito político e de direitos. No ano de 2010 a juventude foi inserida na Constituição, por meio da Emenda 65/2010, o que significou mais um passo importante na institucionalização da Política Nacional de Juventude (PNJ) que culminou também com a criação de órgãos e conselhos específicos nos estados e municípios, além de inserir no Congresso Nacional suas pautas com seus respectivos marcos legais, sendo determinantes para a aprovação do Estatuto da Juventude e discussão do Plano Nacional de Juventude (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988).

No Brasil, há diversas pesquisas sobre juventude, corroborando para os dados freqüentemente produzidos pelo IBGE, por meio dos Censos (decenais) e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), porém é necessário criar mecanismos para um Sistema Nacional de Pesquisa sobre Juventude. De acordo com Novas et al. (2006, p. 41):

seria bastante oportuna a constituição de um sistema público de pesquisa sobre juventude. Esse sistema poderia ampliar o escopo das investigações sobre os jovens do país e estar mais próximo da elaboração direta de políticas públicas. Com ele, mesmo a avaliação dos programas já existentes poderia ser mais ágil, de modo a redirecionar ou enfatizar iniciativas. É preciso que o governo federal considere a formação deste sistema, em diálogo com o IBGE e o IPEA, para que haja uma interação mais eficaz entre os órgãos de pesquisa, os estudos produzidos no âmbito acadêmico e na sociedade organizada e as instâncias governamentais.

Nesse contexto, após anos de mobilizações sociais e dez anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovado em julho de 2013, sancionado pela presidente Dilma Rousseff em agosto do mesmo ano, o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) com os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude como uma obrigação do Estado, independente da vontade de governos.

O documento instituiu também o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), que deve organizar em todo o país e de maneira participativa, o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações, planos e programas que constituem as políticas públicas de juventude (NOVAES, et al. 2006, p. 41).

O Estatuto da Juventude, define em seu art. 1º, §1º que:

são jovens às pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade (grifo nosso). § 2º. aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se o ECA, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

O estatuto garante também dois benefícios diretos como: os descontos e gratuidades em transporte interestadual para jovens de baixa renda e meia-entrada em eventos desportivos e culturais para estudantes e jovens de baixa renda.

Define ainda os 11 direitos dos jovens brasileiros previstos no Estatuto referentes à: direito à cidadania, à participação social e política e a representação juvenil; à educação; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à diversidade e à igualdade; à saúde; à cultura; à comunicação e à liberdade de expressão; ao desporto e ao lazer; ao território e à mobilidade; à sustentabilidade e ao meio ambiente; à segurança pública e o acesso à justiça.

Há no Brasil 51,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade, o que equivale a cerca de ¼ da população do País, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) (Censo Demográfico, 2010). Esse arco de idade, definido no Estatuto da Juventude sancionado em agosto de 2013, compreende também o período de transição, que constitui a etapa juvenil, marcada por trajetórias relativamente longas, intermitentes e, muitas vezes, não lineares de formação, inclusão social e desenvolvimento da autonomia.

De acordo com o Estatuto da Juventude publicado pelo CONJUVE define que “a juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa-etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e 29 anos”. Nesse sentido, para os signatários do documento “os e as jovens são sujeitos coletivos de direitos e, portanto nenhum estereótipo deve impedir o reconhecimento, exercício e garantia de tais direitos”. Deste modo, para exercer tais direitos faz-se necessário explanar sobre protagonismo juvenil, cidadania e participação político-social deste protagonista.

2.1.2 Protagonismo Juvenil: cidadania, participação social e política

As políticas públicas voltadas para a juventude, construídas por seus diversos atores sociais ligados a movimentos juvenis, trabalham o protagonismo juvenil dentro do contexto de espaços participativos democráticos. Para Costa (2001, p. 9):

O Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso.

A finalidade em voga aqui é que o jovem possa interagir com a sua comunidade, sendo protagonista em assumir compromissos, diagnosticando os problemas, criando soluções, elaborando e executando projetos. Certamente este perfil está vinculado à formação cidadã do jovem, como sujeito de direitos, protagonista das mudanças sociais da realidade ao seu redor.

A Convenção dos Direitos da Criança determina que crianças e adolescentes tenham o direito de participar socialmente e ter voz nas decisões de família, da escola e de sua comunidade. Deste modo, faz-se necessário que os governos mundiais, forneçam as condições necessárias e assegurem o direito das crianças, adolescentes e jovens de serem ouvidos e participarem dos processos de tomadas de decisões que afetam suas vidas. O discurso da participação, como os artigos da Convenção mostram, também tem permeado os governos de vários países que, em maior ou menor grau, têm incluído, pelo menos no papel, princípios participativos nas políticas públicas e nos programas voltados para esta população.

Nesse contexto, o tema da participação de adolescentes e jovens na política vem despertando o interesse de estudiosos e profissionais em grande parte do mundo nas últimas duas décadas e vêm fomentando debates e estudos de diversas áreas do conhecimento. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) estabelece o direito à associação (artigo 15) e o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de crença (artigo 14). A Convenção garante ainda o direito de expressar a opinião livremente e de ter sua opinião respeitada em relação a qualquer assunto que afete sua vida (artigos 12, 13).

A participação da juventude é imprescindível na construção de demandas, de uma agenda que aponte as principais questões a serem enfrentadas pelo governo brasileiro e, ainda, na construção das políticas públicas que atendam às especificidades dos jovens. No Estatuto da Juventude (capítulo II, seção I, art. 4º) a participação juvenil é definida como:

A inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;
O envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;
A participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e
A efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

Segundo Serafim (2008) deve haver uma relação direta entre a sociedade civil e o governo, promovida por troca de informações, debate, deliberação e/ou intervenção, “de forma que a sociedade participe de todas as fases do processo, desde a sua definição, fiscalização e avaliação das implementações, sempre visando à partilha de poder”.

Diante disso, o CONJUVE órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República, tem papel fundamental na proposição de políticas públicas para a juventude brasileira. Este órgão é composto por 60 membros, sendo 40 eleitos pela sociedade civil e 20 representantes do poder público, que se renovam a cada dois anos, e têm a responsabilidade de analisar e propor políticas públicas de juventude (PPJ).

Dessa forma, destacam-se as grandes Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude, ao qual a primeira Conferência ocorreu no mês de abril de 2008, mobilizando 400 mil pessoas em municípios e estados brasileiros. Estiveram presentes cerca de 2500 participantes de todas as regiões do Brasil. A Conferência propiciou a convivência de jovens brasileiros/as separados, na vida cotidiana, por distâncias geográficas, sociais, religiosas, identitárias, ideológicas. Participaram jovens “delegados” e “observadores” representantes dos movimentos estudantil secundarista, universitário e de jovens pós-graduandos/as. Vale

destacar também a presença de jovens participantes de Redes e Fóruns de Juventude e de gestores de políticas públicas de juventude (em nível municipal, estadual e nacional).

Seguindo esse raciocínio, ocorreu na I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude a construção de caminhos e/ou soluções para implementação de políticas públicas voltadas aos jovens. De acordo com Regina Novaes:

estava colocado o desafio de superar a idéia corrente de que programas e ações na área de juventude se justificam porque os/as jovens são ‘incompletos/as’ ou ‘problemático/as’ e, por isso mesmo, é preciso proteger e/ou controlar suas vidas. Estava patente a necessidade de encontrarem-se os melhores caminhos para transformar a juventude em específico ‘sujeito de direitos’ (já existentes a conquistar). Tratava-se, portanto, de conquistar um lugar destacado e permanente para a juventude na agenda das políticas públicas do Estado brasileiro (NOVAES, 2006).

A juventude tem se mobilizado em busca de transformações nas diversas esferas da sociedade brasileira. Dessa maneira, o Estatuto da Juventude garante ainda a interlocução da juventude com o poder público, através de associações, redes, movimentos e organizações juvenis. Reconhece como dever do poder público o incentivo a livre associação dos jovens e define essas diretrizes da interlocução institucional juvenil como:

A definição de órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude; O incentivo à criação de conselhos de juventude em todos os entes da Federação.

Parágrafo Único. Sem prejuízo das atribuições do órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude e dos conselhos de juventude com relação aos direitos previstos no Estatuto, cabendo ao órgão governamental de gestão e aos conselhos dos direitos da criança e do adolescente a interlocução institucional com adolescentes de idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos.

É certo que a participação política da juventude é catalisadora das mudanças, mas para que essas ocorram, os jovens precisam se reconhecer enquanto sujeitos políticos capazes de interferir nas esferas políticas do seu município e do seu estado. Dentro desse aspecto, os jovens não devem ser vistos como parte de um problema e sim como sujeitos políticos de direitos capazes de fazerem parte da solução, entendendo que é preciso abrir espaços para que o jovem possa ser protagonista juvenil em diversos contextos e cenários.

Na medida em que isso ocorre, é possível que o sentido real participação da sociedade civil em espaços políticos decisórios, seja enfraquecido, limitando as possibilidades da sociedade se manifestar, opinar e interagir comunicativamente no processo decisório, uma vez que não é promovido um diálogo livre e igualitário (DEMANTOVA, 2003).

Na literatura dos estudos de ciência política encontra-se a terminologia corrente sobre o conceito de participação política. Para Bobbio (1983, p. 888):

série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além.

Participação vem do latim *participio* e significa tomar parte de algo. Pode-se considerar a participação como a forma pela qual são compartilhadas em grupo decisões que têm a ver com a vida e a sociedade à qual as pessoas pertencem. Desta forma percebe-se que no conceito de participação está contido o de ação coletiva, de tomada de decisões e de sentimento de pertença a determinado grupo ou sociedade.

Segundo Bobbio (1983), a participação política ela se baseia em 03 (três) grandes níveis: a presença que trata de uma participação menos intensa, como estar presente em reuniões, propagandas eleitorais e outros tipos de comunicação. O segundo nível é a ativação que define um individuo mais ativo e envolvido em campanhas eleitorais, militâncias, manifestações públicas entre outros movimentos sociais, sendo este pertencente ou não a organizações políticas. E o terceiro nível trata-se da decisão no qual o individuo toma partido na escolha dos seus representantes para desenvolver ações de seu interesse.

Serafim (2008) defende que o efetivo exercício da participação social nas decisões do Estado, depende não apenas da disponibilização dos instrumentos necessários, mas especialmente da capacidade dos movimentos, organizações, fóruns, grupos e outros atores da sociedade em debater com qualidade e defender os interesses da sociedade. Nesse sentido, detalha as razões que diferenciam a qualidade dos debates entre os membros do poder publico e os representantes da sociedade civil nos conselhos, e garante que a carência de informações necessárias, falta de capacidade técnica e política dos representantes do seguimento social prejudica sob maneira a qualidade e intervenções nos debates em âmbito dos colegiados.

Bobbio (1986) afirma que a ampla participação dos interessados no processo político faz parte do regime democrático ou das regras do jogo, mesmo porque há impossibilidade (ou dificuldades) de governos diretos pelas massas, o que implica na necessidade de representação. A democracia representativa são deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade (BOBBIO, 1986, p. 44).

Porém, não se fazem revoluções aplicando as regras do jogo democrático, porque certamente as regras do jogo não favorecem os diversos protagonistas políticos da sociedade e, principalmente, os protagonistas juvenis. Tendo em vista, por exemplo, que a maioria dos

jovens não podem se candidatar a cargos eletivos de Senadores, Governadores ou Deputados Federais e Estaduais, tão somente para o cargo de Vereador.

De acordo com a Constituição (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988) prevê apenas idade mínima como uma das condições de elegibilidade, como dispõe o artigo 14, 3º, VI:

Art. 14, 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

[...]

VI - a idade mínima de:

- a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- d) dezoito anos para Vereador.

Dessa maneira, os diversos grupos sociais tomam decisões coletivas para representação dos seus interesses e sua sobrevivência elegendo seus representantes orgânicos, ou seja, na qual o representante deve pertencer à mesma categoria do representado, diretórios acadêmicos, grêmios estudantis, associações de moradores entre outros.

Nesse sentido, a II Conferência Nacional da Juventude ocorreu entre os dias 09 a 12 de Dezembro de 2011, sendo realizada pela SNJ e pelo CONJUVE em Brasília-DF. Participaram do processo da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude o Poder Público, segmentos sociais, organizações e movimentos juvenis que atuam na área da juventude e setores organizados da sociedade, dispostos a contribuir na discussão do tema juventude. Aconteceram etapas preparatórias (livres, municipais, estadual e distrital, e consultas a comunidades de povos tradicionais).

Desta forma, outro espaço importante de participação política de jovens é através do Conselho Municipal de Juventude de Palmas, criado através da Lei nº 1724, de maio de 2010, que cria o Conselho Municipal de Juventude de Palmas e delibera sobre suas atribuições, que são:

art. 1º O Conselho municipal de juventude, órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura básica e setorial da coordenação de juventude, tem, segundo a lei nº 1724, de maio de 2010, objetivo por elaborar, planejar e implementar, as políticas voltadas para a juventude; monitorar e avaliar a execução das políticas de juventude; promover a articulação interinstitucional nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Recentemente no Brasil, exatamente no dia 17 de junho de 2013, ocorreram os marcantes protestos denominados “Jornadas de Junho” onde diferentes protagonistas juvenis reivindicavam seus direitos sobre o transporte público, contra o aumento da tarifa anunciada

pelos mandatários do poder em R\$ 0,20 centavos. O grito não é só por R\$ 0,20 centavos ecoou em todo o país e juntaram-se a este pleito pautas como: luta contra a corrupção, pedido de investimentos em saúde e educação, gastos na promoção copa da mundo de 2014 entre outras bandeiras.

Portanto, antes das chamadas Jornadas de Junho, em consonância com o que se verificou nessas mobilizações, mostra-nos claramente que os jovens consideram a necessidade de mais e melhoras políticas públicas para a resolução dos problemas que os afetam, e que os jovens acreditam que podem mudar o País e que a participação política, seja se manifestando nas ruas, seja por meio do voto, é uma forma de intervir nos rumos do Brasil.

Entretanto, ainda vivemos numa sociedade em que os jovens não ocupam lugar de destaque e não possuem representatividade efetiva nos espaços de poder. Conforme o contexto histórico apresentado fica nítido que a juventude deseja ter uma participação ativa nos diversos espaços políticos e de decisão, de maneira que possam ter voz ativa e serem ouvidos.

Cabe assim à responsabilidade do Poder Legislativo Brasileiro, representado pelo Congresso Nacional e também no Tocantins através da Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais de Vereadores de impulsionarem programas e/ou projetos que propiciem os espaços e oportunidades necessárias para os jovens demonstrarem os seus potenciais. Na próxima seção será abordada a importância do Poder legislativo Brasileiro e Tocantinense nesse aspecto.

2.2 Poder Legislativo Brasileiro e Tocantinense

Conforme estabelece o artigo 2º da Constituição Federal, “a República Federativa do Brasil é estruturada sob o princípio da Separação de Poderes, que congrega a tripartição em: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário” (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988). Por meio destes, o Estado exerce seu poder político na organização da sociedade brasileira e evita a concentração de forças em uma única instituição.

A cada um dos Poderes do Estado é atribuída uma função típica: ao Legislativo elaborar as leis; ao Executivo administrar o Estado; e ao Judiciário aplicar a lei nos casos concretos de conflito. Aos três Poderes compete, ainda, funções atípicas que viabilizam o controle de um poder sobre o outro e evita a concentração de funções específicas (Quadro 01).

Por exemplo, o Poder Executivo legisla ao editar Medidas Provisórias, o Legislativo aplica a lei ao julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e o Judiciário administra seu próprio quadro de funcionários. Estas situações de controle de um poder pelo outro estão estipuladas na lei maior do país: a Constituição Federal (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988).

Quadro 01 – Informações sobre os 3 poderes Brasileiros

PODER	PRINCIPAL FUNÇÃO	FUNÇÃO SECUNDÁRIA
Legislativo	Legislar	Administrar/Julgar
Executivo	Administrar	Legislar/Julgar
Judiciário	Julgar	Administrar/Legislar

Fonte: Elaborado pelo autor em maio de 2016.

Em relação à organização do Estado brasileiro, também é interessante notar que a forma de governo do Brasil é a República. Disso decorre que os representantes do poder político devem ser eleitos para um mandato temporário e que há a possibilidade de responsabilização pelos atos praticados quando da ocupação do cargo para qual foi escolhido.

No que diz respeito à forma de estado, o Brasil é classificado como uma federação. Nesse aspecto, pode-se elencar como principais características a descentralização do poder político e a autonomia das entidades que compõem o país: Estados, Municípios e o Distrito Federal. Ou seja, o Governo Central não detém toda a autoridade para gerir a coisa pública, sendo reservada aos demais entes federados uma esfera decisional. O âmbito de atuação de cada ente federado que compõe o Estado brasileiro, que é representado pela União, pode ser verificado nos artigos 20 a 33 da Constituição Federal (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988).

Poder Legislativo é, por excelência, a esfera de representação popular, uma vez que neste espaço estão representados os diversos setores que compõe a sociedade e onde os seus interesses encontram ressonância nos debates parlamentares. O Poder Legislativo, em âmbito federal, é exercido pelo Congresso Nacional, por meio das duas Casas que o compõe: Câmara dos Deputados e Senado Federal, modelo conhecido como bicameral. Este modelo de organização busca harmonizar o equilíbrio entre os entes federados, pois enquanto a Câmara dos Deputados representa a população, o Senado Federal representa cada um dos estados-partes que formam o Brasil.

Por outro lado, no âmbito estadual, o Legislativo está estruturado sob o modelo unicameral, correspondendo às Assembleias Legislativas dos estados e Câmara Legislativa do

Distrito federal. Seguindo a mesma linha, nos municípios o Poder Legislativo também é representado por apenas um órgão, a Câmara Municipal.

De acordo com a Constituição do Estado do Tocantins (TOCANTINS. Constituição do Estado do Tocantins. Assembleia Legislativa do Tocantins, 5 de outubro de 1989):

o Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa, constituída de Deputados, eleitos na forma de lei, para uma legislatura de quatro anos. O número de Deputados Estaduais corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.

A Constituição estabelece ainda em seu art. 14, a sua estrutura que é composta por 24 deputados, a Assembleia Legislativa é dividida em órgãos técnicos e reguladores, a fim de dar coordenação e coerência aos trabalhos legislativos (TOCANTINS. Constituição do Estado do Tocantins. Assembleia Legislativa do Tocantins, 5 de outubro de 1989).

Como forma de entender o papel do legislativo na educação cidadã e democrática dos jovens, em seguida é apresentado o historio de criação, no mundo e no Brasil do programa denominado “Parlamento Jovem”. Apresentando-se ainda os seus objetivos, abrangência, abordagem legislativa e as parcerias com as diversas Instituições de Ensino objetivando-se alcançar os resultados e sucesso almejado.

2.3 Parlamento Jovem

Os programas denominados Parlamento Jovem são fomentados por instituições em todo o mundo, principalmente pelas casas legislativas. Segundo Cosson (2008) as simulações de atividades parlamentares são um instrumento privilegiado de educação para a democracia e de engajamento do público escolar nas questões políticas de sua sociedade.

É fundamental que as ações e os programas desenvolvidos no sentido de propiciar uma prática pedagógica de educação democrática possa estabelecer uma formação emancipadora e crítica dos participantes do Parlamento Jovem. Para preservar esse objetivo, no próximo tópico se propõe uma leitura do horizonte teórico e metodológico do papel educativo dos programas Parlamento Jovens.

2.3.1 Parlamento Jovem no Brasil e no Mundo: definição, histórico e abrangência

No Brasil, surgiram as primeiras experiências com o nome de Parlamento Jovem em 1999 através da Assembléia Legislativa de São Paulo e em 2004 através da Escola do

Legislativo de Minas Gerais que realizavam duas formas opostas e diferenciadas de simulação parlamentar com jovens. O pioneirismo dessas instituições ao promoverem simulações parlamentares com jovens demonstra um objetivo comum a ser difundido que é: a formação política e cidadã dos participantes. Sobre a importância do Poder Legislativo neste processo, Carvalho assim define:

O Poder Legislativo, pela sua posição central no processo de organização e funcionamento da vida democrática, tem um papel especial e diferenciado para fomentar esforços educativos específicos em relação à educação para a democracia. Especialmente por ser o ponto focal da representação e da participação política, o espaço para pluralidade de interesses e, principalmente, o lugar de debate e da deliberação (CARVALHO, 2009, p. 23).

Os programas denominados Parlamento Jovem, ou Deputado por um dia, buscam aproximar e integrar a sociedade, especificamente os jovens, ao poder legislativo. Este trabalho de promoção dos princípios democráticos, através da vivência parlamentar justifica a própria existência do parlamento.

De acordo com Cosson (2008, p.100) o conceito de Parlamento Jovem é “levar os estudantes a simular de alguma forma o funcionamento do Parlamento, assumindo por algum tempo o papel de parlamentares”.

Para Carvalho (2009, p. 28):

No Brasil, o Parlamento Jovem, ou Deputado por um dia, faz parte, normalmente, de programas de educação para a democracia das escolas do legislativo, presentes na maioria das Assembleias Legislativas e em algumas das Câmaras Municipais brasileiras. O programa é usualmente instituído por resolução, ou seja, tem um caráter de lei, sendo apresentado por um parlamentar. Apresentam caráter educativo, de preferência compondo-se de estudantes de 13 a 18 anos, com ênfase em quem votou ou está exercendo o direito de voto pela primeira vez.

Nesse sentido, reforça-se ainda o conceito de parlamento jovem fazendo uma comparação como um jogo “RPG” (Role Playing Game) de modo que o deputado-estudante simula o papel de um parlamentar, suas funções, ações e buscam consenso em aprovações de matérias legislativas (COSSON, 2008).

De modo geral, são objetivos dos programas Parlamntos Jovens:

Entre os objetivos oficiais³ do PJ, estão: 1) estimular a formação política e cidadã de estudantes dos ensinos médio e superior, por meio de atividades que os levem a compreender melhor a organização dos Poderes, especialmente do Legislativo, e a importância da participação popular no Parlamento; 2) levar os jovens a se interessarem pela agenda sociopolítica de seu município e pelo exercício da participação democrática na discussão e decisão de questões relevantes para a comunidade; 3) propiciar espaço para vivência em situações de estudos e pesquisas, debates, negociações e escolhas, respeitando-se as diferentes opiniões; 4) incentivar

o envolvimento das câmaras municipais em atividades de educação para a cidadania (GONÇALVES; CASALECCHI, 2013, p. 81).

O Parlamento Jovem possui diversos formatos ao redor do mundo, buscando ser uma oportunidade de experiência democrática para os jovens, através da simulação do processo legislativo no parlamento ou através de fóruns supranacionais que aproximam o jovem do Parlamento. Carvalho (2011) enfatiza que no Parlamento Jovem Europeu, que desde 2004 envolve trezentos jovens estudantes de 32 países que encaminham resoluções realizam debates e socialização de suas idéias com outros jovens parlamentares.

As diversas formas de programas de parlamentos jovens ao redor do mundo têm como objetivo central proporcionar uma vasta experiência prática para os jovens, através da vivência de atividades no parlamento. Essa prática tem a finalidade de estimular mais participação política dos jovens, enriquecer as competências escolares e o conhecimento de como funciona o Parlamento e seus instrumentos institucionais.

Na América do Sul, ocorre o Parlamento Juvenil do Mercosul que é um programa que promove a participação de estudantes do ensino médio público dos países membros do bloco que são Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, servindo como espaço para encontro e diálogo entre os jovens. Destinado a alunos com idade entre 14 e 18 anos, o PJM discute temáticas de interesse comum e com foco na formação política e cidadã da juventude. É uma atividade realizada pelos respectivos Ministérios da Educação Estados e Estados Associados do MERCOSUL, da OEA e do Parlamento do MERCOSUL. O programa é composto de jovens estudantes da Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Uruguai de acordo com o Parlamento do Mercosul-Parlasur (2014).

A seleção do programa Parlamento Juvenil do Mercosul, no Brasil, seleciona estudantes do Ensino Médio de escolas públicas de todos os estados brasileiros para serem representantes nacionais no parlamento. A etapa de seleção é organizada pelas secretarias, visando garantir a diversidade e a igualdade, onde poderá ser indicado um representante do sexo masculino, do feminino, estudantes negros, indígenas, moradores de comunidades populares, das áreas rurais ou com deficiência. Posteriormente, na etapa nacional são selecionados 27 (vinte e sete) jovens, ou seja, 1 (um) estudante por unidade federativa, que representam o Brasil em encontros nacionais e internacionais promovendo o protagonismo juvenil, a integração no Mercosul, abrindo espaços para a discussão de temas de interesse comuns aos jovens dos diversos países segundo o Ministério da Educação (2014).

De acordo com a Resolução nº 12 de 18 de novembro de 2003, art. 2º o Parlamento Jovem Brasileiro – PJB tem por finalidade possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático mediante participação em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados, com diplomação, posse e exercício do mandato. O Parlamento Jovem Brasileiro 2015 é um programa que oferece oportunidades para os jovens cidadãos brasileiros para que possam conhecer e experimentar, durante cinco dias, a jornada de trabalho dos deputados federais.

A primeira edição do programa ocorreu em 2004, nesse período, houve a participação de 846 jovens parlamentares estudantes do ensino médio. Desde 2011, além dos estudantes do terceiro ano, os do segundo ano também podem participar, além dos alunos que cursam o ensino técnico integrado ao ensino médio. Durante o período da Legislatura prevista para os estudantes, os participantes têm a oportunidade de experimentar o dia a dia dos parlamentares brasileiros no desempenho de suas funções. O trâmite das proposições apresentadas pelos deputados jovens se dá de acordo, na medida do possível, com as normas regimentais vigentes de acordo com o portal Câmara dos Deputados (2015).

2.3.2 Parlamento Jovem no Tocantins

Nesta seção será abordada a criação, histórico, público alvo, abordagem legislativa, metodologia do programa denominado “Parlamento Jovem Tocantinense”, bem como a apresentação do histórico da 1ª edição realizado pela Assembleia Legislativa em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

2.3.2.1 Criação, público e abordagem legislativa

No Tocantins, buscou-se instituir um programa voltado para a educação cívica e formação cidadã dos jovens tocaninenses. Nesse contexto, através do Projeto de Resolução Nº 002/2006 dos Deputados Estaduais Eli Borges e Sargento Aragão foi criado no dia 16 de fevereiro de 2006 o **“Parlamento Estudantil”**.

De acordo com a justificativa dos Deputados Estaduais Eli Borges e Sargento Aragão para a criação do Parlamento Estudantil cuja principal objetivo:

é de proporcionar aos alunos da rede pública estadual o pleno exercício da cidadania, a começar pela oportunidade ímpar de assumir um mandato conferido pelos colegas e depois pela experimentação, ainda que de forma abreviada, dos

mecanismos pelos quais as demandas sociais da população, traduzidas em requerimentos, são discutidas, votadas, aprovadas e remetidas ao Governador do Estado para apreciação e sanção, se for o caso (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA, 2006).

O Parlamento Estudantil tem por finalidade ainda possibilitar aos alunos do ensino médio, matriculados nas escolas públicas ou particulares, a vivência do processo democrático mediante participação em uma jornada parlamentar, junto à Assembleia Legislativa, com diplomação, posse e exercício do mandato.

Ocorre que, no dia 08 de novembro de 2006 é aprovada via ato legislativo da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Tocantins (ALTO) através da Resolução nº 248/2006 a criação do **“Parlamento Jovem”** e seu Regimento Interno (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA, 2006, nº 1503).

Neste aspecto, observa-se que após nove meses o programa muda de nome, ou seja, antes denominado Parlamento Estudantil agora passa a se chamar Parlamento Jovem, juntamente com a aprovação de um Regimento Interno. Denota-se que a intenção da mudança de nome, objetivos e finalidades do programa, onde possivelmente estão relacionados com a similaridade da Resolução nº 12 de 2003 da Câmara dos Deputados, lei mais recente a tratar sobre Parlamento Jovem.

Com isso, o programa Parlamento Jovem do Tocantins tem por finalidade possibilitar aos alunos do ensino médio, matriculados nas escolas públicas ou particulares, a vivência do processo democrático mediante participação em uma jornada parlamentar, junto à Assembleia Legislativa, com diplomação, posse e exercício do mandato dos deputados jovens. A Resolução nº 248/2006 prevê também que o PJ terá duração de um dia, prevista a ser realizada preferencialmente na Semana do Estudante, o PJ terá a mesma composição de deputados da Assembleia Legislativa do Tocantins-ALTO, ou seja, 24 parlamentares. Prevê ainda que o Presidente da Assembleia Legislativa, nomeará uma Comissão que ficará encarregada de implementar todos os procedimentos necessários para a realização da Sessão do PJ, podendo vir a firmar convênios e ou parcerias com órgãos públicos ou entidades privadas para a realização do mesmo.

Seguindo o percurso histórico, no dia 12 de junho de 2012 é aprovado o Projeto de Resolução nº 06/2012 de autoria do Deputado Manoel Queiroz que altera a Resolução nº 248/2006, passando agora a admitir também alunos do ensino fundamental no Parlamento Jovem, bem como a alteração no tempo de mandato que agora passa a ter duração de um ano, em quatro sessões legislativas, sendo duas no primeiro semestre e duas no segundo semestre.

2.3.2.2 Parlamento Jovem Tocantinense – 1ª edição

A primeira edição do Parlamento Jovem Tocantinense ocorreu no ano de 2013, após o sucesso da 1ª edição do projeto DUT onde a mesa diretora da Assembleia Legislativa sentiu-se na responsabilidade de realizar um programa Parlamento Jovem, buscando cumprir a Resolução nº 248/2006, haja vista que somente em 2012, 06 anos depois é que viria a ser realizado um programa neste formato onde foi articulado e organizado por uma Instituição de Ensino Superior (IES), neste caso o IFTO através do idealizador da proposta estudante de Gestão Pública Vinicius Barbosa Albernaz.

Deste modo, a iniciativa partiu da proposta do vice-presidente da Assembleia Legislativa deputado Osires Damaso, que solicitou a mesa diretora o cumprimento da resolução específica. Assim os parlamentares da Casa de Leis buscaram parceria com a Secretaria de Educação do Tocantins (SEDUC) para a realização da 1ª edição do Parlamento Jovem Tocantinense. A Casa de Leis divulgou no seu portal oficial que havia ocorrido no ano anterior, um “**projeto-piloto**” com o mesmo objetivo e que serviu de base para uma edição mais ambiciosa para aquele ano¹.

Definiu-se que o primeiro “Parlamento Jovem” a ser realizado pela Casa de Leis, teria como objetivo principal de estimular a participação da juventude na política. Para isso, o programa ocorreu entre os dias 14 e 16 de maio de 2013 e selecionou através da SEDUC, vinte e quatro estudantes, com idade entre 16 a 22 anos, oriundos de todo o Tocantins (Figura 01).

Figura 01 – Deputados jovens - edição de 2013



Fonte: Elaborado pelo autor em maio de 2016.

¹ Disponível em: <http://www.al.to.gov.br/noticia/4787/parlamento-jovem-come%C3%A7a-nesta-quarta-feira>. Acesso em 06 de maio de 2016.

No programa do projeto, durante os três dias, os jovens passaram por todos os trâmites formais vivenciados pelos deputados estaduais, como posse, trabalhos de comissões, apresentação e aprovação de projetos, além de formação em palestras e workshops. Foi realizada também três dias de atividades com palestras específicas sobre temas como “transparência na administração pública”, “análise de constitucionalidade” e “participação do cidadão no processo político”. Os estudantes participaram ainda de visitas ao Tribunal de Justiça e ao Palácio Araguaia.

Na ordem do dia do programa foram aprovadas todas as 24 propostas apresentadas. As mais relevantes divulgadas são uma matéria que quer obrigar as escolas a selecionar o lixo de papel para reciclagem visando a seleção como um ato de economia, educação e diminuição do lixo acumulado nas escolas e no meio ambiente. Outra proposta foi apresentada e sugere a lotação de um psicólogo em colégios da rede estadual com mais de 300 alunos. A medida seria em razão de problemas frequentes no ambiente escolar como indisciplina, violência, gravidez precoce ou o uso de drogas ilícitas. No final do projeto os participantes acreditaram que a experiência foi importante porque entenderam o funcionamento do Legislativo, colocaram-se ainda os projetos dos alunos à disposição dos deputados estaduais².

A seguir será apresentada a trajetória histórica para a realização do Projeto DUT, suas edições, seus objetivos, ideais, bastidores, suas articulações, desafios e estratégias para realização.

2.4 Projeto Deputado Universitário Tocantinense

Neste tópico será abordada a criação do Projeto DUT, seu histórico, objetivo, metodologia e as articulações políticas dos organizadores para que o projeto pudesse sair do “papel” para a execução de fato. Busca apresentar também suas principais etapas de funcionamento, o público envolvido e as parcerias estratégicas para sua realização.

No campo da Administração, apresenta as principais disciplinas envolvidas dentro do projeto como: Teoria da Administração, Gestão Pública, Direito Aplicado e principalmente Teoria da Ciência Política. Apresenta ainda a relação do Projeto DUT com os temas: estado política e governo; políticas públicas e processo decisório na administração pública.

²Disponível em: <http://www.al.to.gov.br/noticia/4807/jovens-deputados-se-despedem-com-a-aprova%C3%A7%C3%A3o-de-propostas> Acesso em 06 de maio de 2016

2.4.1 Projeto DUT: criação, histórico e objetivo

O projeto Deputado Universitário Tocantinense – Projeto DUT surgiu da vontade do jovem Vinicius Barbosa Albernaz em realizar uma ação similar de um programa de Parlamento Jovem, denominado “Projeto Politéia” do Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília – UNB³.

O Projeto Politéia é um programa de ensino, pesquisa e formação política que surgiu em 2002 e realiza um curso sobre o processo legislativo aos universitários utilizando a metodologia de simulação do processo legislativo na construção de projetos de leis, encaminhamento de suas propostas para apreciação dos colegas, baseando-se em um processo decisório semelhante ao processo legislativo adotado no Brasil.

Dentro do Projeto Politéia ocorre uma simulação do processo legislativo que proporciona familiarização com os principais debates sobre políticas públicas que ocorrem no país, além disso, dá oportunidade aos universitários a compreensão sobre o funcionamento do Congresso Nacional e, em última instância, melhor conhecimento da dinâmica das instituições democráticas no Brasil.

Nesse contexto, o pesquisador participou como deputado-universitário na edição de 2012 do Projeto Politéia, apresentando projetos de leis na Câmara dos Deputados e debatendo com os deputados universitários de diversas regiões do país (Figura 02).

Figura 02 – Participação deputado universitário projeto politéia na câmara dos deputados



Fonte: Elaborado pelo autor em maio de 2016.

³ Disponível em: <http://ipol.unb.br/2012-11-13-14-48-34/projeto-politeia> Acesso 06 de maio de 2016.

O projeto DUT teve seu embrião em 2012 a partir da experiência do pesquisador-participante como deputado universitário na Câmara dos Deputados e entendendo o mérito de uma experiência e vivência parlamentar deste tipo para toda a juventude, o pesquisador decidiu implementar um projeto deste tipo na cidade de Palmas-TO, com vistas a realidade local, inserindo-se no contexto anteriormente detalhado.

O pesquisador naquele ano estava cursando Gestão Pública no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), deste modo buscou no colegiado do curso algum professor para realizar essa ação com os universitários daquela instituição. Diante do convite, o Prof. Dr. Guilherme Bizarro Salve aceitou o desafio para participar da consecução e implementação do projeto e assim nasceu no dia 01 de julho de 2012 o “Parlamento Jovem Tocantinense” que foi apresentado e aprovado como Bolsa de Extensão no Arranjo Produtivo Local (APL) do IFTO. Figura 03 apresenta a logomarca criada pelo idealizador do projeto, de forma que representasse as “juventudes” inserindo-se no parlamento tocantinense⁴.

Figura 03 – Logomarca do projeto DUT



Fonte: Elaborado pelo autor em maio de 2016.

Com a aprovação do projeto no edital APL do IFTO, iniciou-se o cumprimento das etapas do planejamento do projeto: 1- articulação com parceiros prioritários como a Assembleia Legislativa do Tocantins e Universidade Federal do Tocantins (UFT); 2- mobilização do público alvo; 3- divulgação do projeto através de folders, cartazes e redes sociais para mobilização do público alvo (movimentos juvenis, acadêmicos do IFTO e de

⁴Créditos da criação da logomarca ao criador **Fernando da Silveira Angelo** que a produziu no dia 28 de agosto de 2012 através de uma concepção do idealizador do projeto para que representasse todas às juventudes tocantinenses com suas identidades étnico-culturais.

demais IES); 4- treinamento dos deputados jovens; 5- escolha de partidos e eleição dos líderes de partido; 6- elaboração de projetos de leis e pareceres/relatorias de projetos de leis; 7- simulação do processo legislativo e 8- realização de seminário avaliativo do projeto e entrega de certificados.

Seguindo nesse ideal de realizar o primeiro programa deste tipo no Estado do Tocantins e na Assembleia Legislativa, os idealizadores do projeto partiram para execução do projeto, bem como de todo cronograma detalhado anteriormente apresentado. Para isso buscaram-se parcerias com movimentos sociais juvenis, movimentos estudantis (Centros Acadêmicos-C.A's e Diretório Central dos Estudantes-DCE's), bem como o apoio da Secretaria Estado da Educação do Tocantins e, principalmente, a parceria da Assembleia Legislativa do Tocantins-ALTO. No geral inscreveram-se 82 jovens nas funções de deputados universitários, fotógrafos, jornalistas e colaboradores.

Portanto, conforme Figura 04 foi realizada uma reunião com essas diversas instituições e parceiros para realização do projeto. Nesta reunião estiveram presentes os idealizados do projeto Parlamento Jovem, o autor desta pesquisa e o Prof. Dr. Guilherme Bizarro, a Prof. Dr^a Cynthia Mara Miranda representando o colegiado do curso de Comunicação Social/Jornalismo, o senhor Osires Damaso vice-presidente da Assembleia Legislativa, representantes de movimentos estudantis e representantes da Secretaria de Estado da Educação-SEDUC/TO.

Figura 04 – Reunião estratégica para realização da 1ª edição do “Parlamento Jovem”



Fonte: Elaborado pelo autor em maio de 2016.

Resumindo, houve avanços no sentido de realizar o Parlamento Jovem na Assembleia Legislativa, porém com muita burocracia para obter o acesso ao espaço e apoio logístico e institucional. Após essa reunião, ficou acordado que o trâmite legal e burocrático

para a utilização do espaço seria realizado pelo vice-presidente da Assembleia Legislativa Deputado Estadual Osires Damaso, com isso foi apresentado pelo deputado no plenário da assembleia o requerimento nº 4172/2012 requerendo da Mesa Diretora que autoriza-se a verificação e cumprimento da Resolução nº 248, de 08 de novembro de 2006, que trata do Parlamento Jovem, no âmbito da Assembléia Legislativa, absorvendo as parcerias interessadas, que no caso era representada pelo Prof. Guilherme Bizarro através do IFTO.

Entretanto, o senhor Deputado Estadual Osires Damaso vice-presidente da Assembleia Legislativa solicitou que se fizesse a **alteração do nome do projeto Parlamento Jovem** porque existia uma Resolução interna a de nº 248/2006 que resguardava a Casa de Leis utiliza lá do modo e quanto achassem conveniente. Diante disso, os organizadores propuseram mudar o nome do projeto de Parlamento Jovem para Projeto **Deputado Universitário Tocantinense – Projeto DUT** e assim nascia o projeto que transformaria a vida de muitos jovens tocantinenses.

Conseqüentemente conforme Figura 05, como próxima etapa realizou-se no dia 27 de outubro de 2012 um treinamento com o público alvo, jovens universitários com o objetivo de transmitir noções gerais de processo e produção legislativos aos futuros deputados, assessores de imprensa, fornecendo informações para a produção dos projetos de lei e para o andamento da simulação⁵. Neste dia foram disponibilizados também os partidos que os universitários ingressariam para participarem da simulação do processo legislativo, escolheu-se o líder de cada partido e, por fim, a capacitação dos universitários acerca da produção de projetos de leis e a produção de pareceres de projetos de leis (relatoria de projetos de leis dos colegas deputados).

Figura 05 – Treinamento dos deputados universitários



Fonte: Elaborado pelo autor em maio de 2016.

⁵ Na figura 04 (lado direito) encontra-se a servidora **Vaina Freire da Silva**, Diretoria de Operação Legislativa ministrando curso aos participantes sobre o regimento interno, processo legislativo, projetos de leis entre outros.

O grande momento do Projeto DUT é a realização da simulação do processo legislativo parlamentar. A simulação ocorreu nos dias 29 e 30 de novembro de 2012 (quinta e sexta-feira) onde proporcionou de fato aos jovens universitários a vivência parlamentar na Casa de Leis ou a “Casa do Povo” conforme Figura 06.

O projeto DUT edição de 2012, contou com a participação de 02 assessores legislativos (acadêmicos do curso de Direito), 07 colaboradores (acadêmicos do IFTO e de outras IES), 02 assessores de imprensa (acadêmicos de comunicação social/jornalismo da UFT), 03 coordenadores pedagógicos do programa e 22 deputados-universitários, portanto o envolvimento de 36 pessoas no projeto.

Neste contexto, durante a simulação do processo legislativo foram apresentados pelos participantes 30 (trinta) projetos de leis ordinárias (PLO) sobre importantes temas da sociedade como: educação, saúde, desenvolvimento regional, segurança, cidadania, meio ambiente e outros. Isso demonstra o significativo grau de participação dos jovens, sendo estes protagonistas juvenis e integrantes de movimentos sociais, estudantis e juvenis⁶.

Figura 06 – Simulação do processo legislativo com deputados universitários – edição 2012



Fonte: Elaborado pelo autor em maio de 2016.

Vale destacar também o conjunto de proposições que geraram grandes discussões e debates, dentre os quais é possível destacar os seguintes: 1-inclusão de aulas de empreendedorismo nas escolas públicas, 2-criação da tribuna participativa, 3-implementação da meia passagem interestadual aos estudantes, 4-criação do conselho estadual de educação no campo entre outros.

Nesse contexto Carvalho (2009, p. 32) diz que “com relação à análise do conteúdo das proposições apresentadas, busca-se descobrir os sentidos que os participantes atribuem as proposições, os participantes focam suas proposições na área de Educação”.

Como forma de reconhecer o trabalho dos deputados universitários que se destacam no cumprimento de suas obrigações ao longo do projeto, a organização realiza um prêmio Projeto DUT onde busca avaliar o protagonismo juvenil, a atuação no parlamento, relevância do projeto de lei, expressão da autonomia e capacidade crítica do deputado universitário.

Por fim foi realizada a entrega dos certificados com horas extracurriculares concedido pelo IFTO, e também as moções de aplausos concedidas aos participantes através dos deputados estaduais, para aqueles conforme dito anteriormente que se destacaram no projeto DUT através do prêmio revelação parlamentar organizado pelos idealizadores do projeto (Figura 07).

Figura 07 – Entrega de certificados e prêmios aos deputados universitários - Edição de 2012



Fonte: Elaborado pelo autor em maio de 2016.

Dando continuidade no contexto histórico, no próximo tópico será apresentado um breve histórico para a realização do projeto DUT edição de 2015.

2.4.2 Projeto DUT – edição de 2015

O projeto DUT teve seu embrião em 2012 e demonstrou claramente o potencial de programas voltados aos jovens, de maneira que possam vivenciar e entender o funcionamento

⁶ Conforme Figura 05 o autor da pesquisa monitora e dá assessoramento aos deputados universitários em seus respectivos projetos de leis e os orienta na forma de atuação no plenarinho da Casa de Leis.

do processo legislativo parlamentar. Carvalho (2009) destaca que os programas Parlamento Jovem objetivam a educação para democracia disponibilizando aos jovens mecanismos de participação e emancipação social, além de possibilitar o conhecimento e a vivência do processo democrático.

No tocante deste ideal, o autor do projeto e desta pesquisa buscou realizar uma segunda edição do projeto, tendo como experiência e prática (*know-how*) da edição anterior e buscando inovar na realização deste tipo de projeto. Desta vez, o pesquisador-participante estava cursando Administração na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Como da primeira vez, buscou-se no colegiado do curso algum professor que trabalhasse com esse tipo de temática para desenvolver o projeto DUT através da UFT. Diante disso, o Prof. Dr. Édi Benini aceitou o convite para participar da organização do projeto DUT edição de 2015.

Logo em seguida, os organizadores buscaram desenvolver um novo projeto pensando em um novo formato que pudesse contemplar um público maior e mais dinâmico para além de jovens universitários e alunos do ensino médio, inscrever pessoas que estivessem cursando pós-graduação, acadêmicos de campi do interior, alunos do curso de extensão da Universidade da Maturidade (UMA) e jovens protagonistas juvenis de movimentos sociais, juvenis e outros.

Buscava-se também um público que representasse a diversidade étnico cultural do Tocantins no parlamento, como acadêmicos quilombolas, indígenas, idosos como forma de demonstrar através dessa dimensão a pluralidade do Parlamento Universitário e o desejo de que isso se traduzisse em realidade num futuro não tão distante assim.

Como previsto, foi elaborado um edital contendo estes critérios de seleção para garantir esta pluralidade de participantes, conforme citadas anteriormente. Novamente realizou-se parceria com IFTO, centros acadêmicos, diretórios acadêmicos e com a Universidade da Maturidade (UMA).

Partindo desta premissa, os organizadores juntamente com um grupo gestor da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFT participaram de uma nova reunião com a Assembleia Legislativa, com o então presidente da ALTO o senhor Deputado Estadual Osires Damaso para fechar questão acerca dos detalhes da realização da nova simulação do processo legislativo parlamentar conforme Figura 08.

Portanto, após essa fase de parcerias partiu-se para a abertura de inscrições dos participantes, através de convocação por edital no site da UFT, bem como por meio de inscrições via aplicativo formulário do Google Docs⁷.

Figura 08 – Reunião com parceiros para realização do projeto DUT – edição 2015



Fonte: Elaborado pelo autor em maio de 2016.

De acordo com o programa o projeto teve 87 inscritos na modalidade deputado universitário, 6 repórteres (acadêmicos de jornalismo), 4 alunos idosos do curso de extensão universidade da maturidade, 4 fotógrafos (acadêmicos de jornalismo), 24 assessores legislativos (acadêmicos do curso de direito), 11 colaboradores e 4 observadores. No total foram 140 participantes inscritos interessados em participar nas diversas modalidades disponíveis no projeto DUT 2015⁸.

No momento da inscrição os participantes que optaram pela modalidade de deputado universitário tinham como opção escolher até 3 partidos (fictícios) dos 7 disponíveis e a organização geriu os inscritos de acordo com a ordem de inscrição e escolha partidária.

Nesta nova etapa do projeto DUT, optou-se por esta estratégia metodológica de se criar partidos fictícios e não os tradicionais (verdadeiros) utilizados pelos atuais deputados estaduais devido ao fato de se evitar uma radicalização partidária prejudicial ao projeto DUT. Nesse sentido Cosson (2008, p.119) afirma que tais medidas são tomadas por razões práticas como evitar uma partidarização precoce e desnecessária e a dispersão temática das demandas dos participantes.

Seguindo esta estratégia metodológica os partidos disponíveis (fictícios) para o projeto DUT foram disponíveis de acordo com ideologias políticas existentes no Brasil, onde

⁷ No momento de inscrição dos participantes o aplicativo formulário do Google Docs gerenciou informações importantes dos participantes como: dados demográficos, funcionais, socioeconômicos entre outros.

⁸ Apesar do grande número de interessados em participar do projeto DUT, havia número reduzido de vagas para participar da simulação do processo legislativo.

são: 1- Partido Liberal Nacional (PLN), 2- Partido Socialista Revolucionário (PSR), 3- Partido do Desenvolvimento e Sustentabilidade (PDS), 4- Partido Comunista Renovado (PCR), 5- Partido da Constituição, Ordem e Progresso (PCOP), 6- Partido da União Republicana (PUR) e 7- Partido da Igualdade Social e Diversidade (PISD). Existia também o oitavo partido denominado Partido da Maturidade (PMA), porém os alunos idosos (da melhor idade) desistiram de participar depois de terem participado do treinamento.

Como processo metodológico, foi realizada a etapa de treinamento com todos os participantes envolvidos no projeto DUT 2015. Os participantes foram capacitados através de um curso sobre o processo legislativo, sobre o regimento interno da Assembleia Legislativa e o modus operandi e funcionamento de todo o processo legislativo, bem como o papel a ser desempenhado por cada um dentro do projeto (COSSON, 2008).

Vale ressaltar que no treinamento ocorreu o curso sobre o código de ética e o decoro parlamentar para todos os participantes do projeto DUT e escolheu-se o líder de partido e, por fim, a capacitação dos universitários acerca da produção de projetos de leis e a produção de pareceres de projetos de leis, ou seja a relatoria de projetos de leis dos colegas deputados (Figura 08).

Nesse treinamento ocorreu também uma impactante inovação no projeto que foi a de propor aos deputados universitários que construíssem toda a plataforma partidária de seus partidos, do tipo: a construção de objetivos, princípios, finalidades, valores, direito e deveres dos filiados, da fidelidade e disciplina partidária, composição, atuação parlamentar, organização da bancada, lema, cores, bandeira e símbolos do partido (logomarca).

Tudo isso como forma de buscar a compreensão dos participantes acerca da importância da construção de um partido político. Para que serve? Onde pretendem chegar? O que querem defender no Parlamento?

Figura 09 – Treinamento curso processo legislativo – edição 2015



Fonte: Elaborado pelo autor em maio de 2016.

Passando-se de toda a etapa de construção digamos “burocrática” e essencial do projeto, é chegado o grande momento, o ápice, que é a realização da simulação do processo legislativo. Após toda triagem todo acompanhamento e, desistências é claro, o projeto DUT contou com a participação de 03 assessores legislativos (acadêmicos do curso de Direito), 2 colaboradores (acadêmicos de outras IES), 05 assessores de imprensa (acadêmicos de comunicação social/jornalismo da UFT), 04 coordenadores pedagógicos do programa (organizadores), 30 deputados-universitários, portanto o envolvimento de 44 pessoas.

Para Cosson (2008, p. 200):

Normalmente, aqueles que se encontram diretamente envolvidos com o Parlamento tendem a associar a democracia apenas ao regime político e, mais estreitamente, a suas formalidades, como eleições, partidos e funcionamento das Casas, exemplarmente colocado na expressão “processo legislativo”. Parecem esquecer que as instituições são feitas de pessoas e que uma sociedade para ser verdadeiramente democrática precisa bem mais do que ações pontuais [...] Ela precisa incorporar a democracia como um processo de aprendizado do viver em sociedade, ou seja, ela precisa experienciar a democracia em seu cotidiano, como um valor e uma prática social, até porque a democracia só tem realidade porque e quando toma parte da vida diária.

Como forma de acompanhar a simulação do processo legislativo para que os jovens pudessem entender a importância daquele momento de vivência parlamentar emancipadora no parlamento, a organização do projeto DUT através dos coordenadores pedagógicos tiveram o devido cuidado no sentido de monitorar, acompanhar, tirar dúvidas regimentais, cobrar posturas éticas e o decoro parlamentar como forma de alcançar os resultados almejados no projeto (Figura 09).

Figura 09–Simulação do processo legislativo – edição 2015



Fonte:Elaborado pelo autor em maio de 2016.

Novamente, como forma de reconhecer a atuação e o trabalho dos participantes, valorizar os bons exemplos e de incentivar a participação democrática onde todos os participantes avaliaram de acordo com suas percepções aqueles que mais se destacaram, assim a organização desenvolveu o prêmio Revelação Parlamentar projeto DUT 2015.

Foi criado um regulamento específico com regras e critérios bastantes exigentes para premiar os parlamentares e colaboradores participantes revelação do projeto (Figura 10). Houve sete categorias para premiação sendo:

- ✓ 03 na categoria revelação parlamentar – 01 deputado (a) com atuação de destaque no parlamento, 01 deputados (a) revelação parlamentar – melhor projeto de lei ou requerimento, 01 deputado (a) revelação – parlamentar de futuro.
- ✓ 01 na categoria organização partidária – partido revelação.
- ✓ 03 participantes na categoria geral – 01 integrante equipe imprensa, 01 assessor legislativo e 01 colaborador.

Figura 10–Entrega dos certificados e premiação – edição 2015



Fonte: Elaborado pelo autor em maio de 2016.

Portanto, quais são os verdadeiros benefícios de tais programas para a construção de uma sociedade mais democrática? De fato, quais são as variáveis que impactam a aquisição de conhecimento político dos jovens?

Com relação à efetividade desses dois projetos, estudados neste trabalho podemos apontar algumas reflexões que serão abordadas no tópico de análise de resultados, visando alcançar o objetivo principal deste trabalho.

3 METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos da presente pesquisa o estudo vislumbrou a necessidade de gerar conhecimento e preencher a lacuna entre teoria e prática, utilizando para isso a pesquisa participante. Inicialmente, revisou-se a literatura de artigos e teses que contribuíssem com o tema parlamento jovem, o que fundamentou o trabalho, haja vista, que a literatura sobre o tema é nova.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa tem como percurso metodológico uma investigação qualitativa visando gerar conhecimento para potencializar os estudos acerca dos temas: parlamento jovem, protagonismo juvenil, formação política e cidadã de jovens e simulação do processo legislativo.

Por fim, durante o mês de maio de 2016 realizou-se a pesquisa com os ex-participantes do projeto, edição de 2015, aplicando questionários um universo restrito e voluntário de estudantes, onde se procurou delimitar as respostas dentro de um padrão de convergência e análise qualitativa.

3.1 Tipos de Pesquisa

Com a finalidade de alcançar os objetivos do presente estudo, este trabalho de conclusão está composto por um percurso investigativo baseado na técnica de pesquisa participante, e apuração posterior de resultados, para sua devida análise e ponderação.

Nesse percurso, insere-se a categoria qualitativa exploratória, empírica e descritiva que visam gerar conhecimento para potencializar o conhecimento acerca do tema, e entender o fenômeno/ocorrência/fato de origem social enquanto linha de pesquisa adotada como forma de buscar objetivos de transformação.

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias (GIL, 2010). O pesquisador está inserido no experimento, conseqüentemente, será feita uma pesquisa de campo e, por meio da ação de simulação processo legislativo, será realizado o levantamento de dados e das informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa sobre a formação política e cidadã dos protagonistas juvenis inseridos no Projeto DUT.

Gil (2010, p. 28) afirma que as pesquisas descritivas, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), o estudo de caso consiste em reunir o maior número de informações detalhadas, apropriando-se de diferentes técnicas de pesquisa visando, sobretudo, apreender situações e descrever a complexidade de um fato.

A pesquisa terá como percurso metodológico uma abordagem quantitativa e qualitativa sobre o tema Parlamento Jovem. Para Marconi e Lakatos (2010) a pesquisa quantitativa busca através dos números, descrever dados e informações para serem analisadas com base em técnicas de estatísticas. Por sua vez, a pesquisa qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano.

Portanto, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do tema, onde foram consultados, sites, artigos, periódicos, revistas e livros com o intuito de buscar informações necessárias para o desenvolvimento do referencial teórico, com o objetivo também de verificar o que já foi pesquisado e publicado a respeito desta temática.

3.2 População e Amostra

A população pesquisada foram os ex-participantes do Projeto DUT, edição de 2015, ao qual a amostra intencional será composta de 30 ex-participantes do projeto. De acordo com Marconi e Lakatos (2004), a amostra é uma parcela conveniente selecionada do universo (população), é o subconjunto do universo.

O tipo de amostra é a não probabilística por voluntários, nesse tipo de amostragem os próprios componentes da população se voluntariam para participar de uma pesquisa (BRACARENSE, 2012).

A composição da amostra contará com diversos protagonistas juvenis sendo estes acadêmicos de diversas Instituições de Ensino Superior – IES, representantes de movimento estudantil (centros acadêmicos e diretórios acadêmicos) e representantes da sociedade civil (ONGs, associações juvenis e de moradores).

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Nesta etapa, o pesquisador atendeu as exigências éticas e científicas indicadas pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde-CNS nº 196/96 no que contém as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Para a coleta de dados utilizou-se como instrumento um questionário. Gil (2010, p. 121) define que, “questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimento, valores, interesses, expectativas, aspirações e etc”.

O questionário foi aplicado com ex-participantes do Projeto DUT com o objetivo de avaliar as experiências dos participantes no Projeto DUT como instrumento para formação política-cidadã. O questionário é composto por 30 questões foi estruturado com perguntas abertas e fechadas, para que os deputados universitários possam conceituar suas inspirações acerca de sua participação no Projeto DUT, além de suas percepções e opiniões sobre política, cidadania, voto, participação política e contribuição do Projeto DUT.

3.4 Procedimentos de coletas de dados

A pesquisa ocorreu entre os dias 17 e 28 de maio de 2016 por intermédio de meio eletrônico (e-mail), teve um total de 30 possíveis respondentes, 03 respondentes teoricamente contatados; 27 respondentes efetivos da pesquisa o que corresponde a 90% dos participantes do Projeto DUT.

Foram feitas inúmeras tentativas para que todos os participantes respondessem o questionário. Neste contexto, isso pode indicar a falta de engajamento voluntário destes participantes.

3.5 Procedimentos para análise dos dados

Segundo Gil (2010, p.102) “o processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos e a interpretação dos dados”.

Para tabulação dos dados coletados será utilizada a ferramenta Microsoft Excel (Versão 2010), considerando cada variável apresentada. O cruzamento dos dados obtidos com a aplicação dos questionários. Dessa forma, obter subsídios necessários para alcançar os objetivos estabelecidos pelo presente estudo.

Para análise dos dados quantitativos foi utilizada uma análise por meio de estatística simples, organizando as informações em gráficos, visando obter informações precisas e de fácil visualização dos dados com relação ao percentual apresentado.

Para organizar e analisar os dados qualitativos foi utilizado o programa NVivo 11 for Windows®; e como metodologia foi adotada a Análise de Conteúdo de Bardin. De acordo com Bardin (2006) “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise comunicacionais”. Para Bardin (2006, p. 30):

uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão a descoberta. É a análise de conteúdo para o ver o que dá.

uma função de administração de prova: Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de directrizes, apelação para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação. É a análise de conteúdo para servir de prova.

Para Mozzato e Grzybovski (2011) a análise de conteúdo “como em qualquer técnica de análise de dados, os dados em si constituem apenas dados brutos, que só terão sentido ao serem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada”. Deste modo, para análise das questões qualitativas seguiu-se a técnica de Bardin (2006) que se organiza em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Como estratégia metodológica, a primeira parte da análise desta pesquisa apresenta-se os dados socioeconômicos dos participantes como: sexo, idade, estado civil, renda, escolaridade, instituição que estuda e curso que está matriculado. Na segunda parte, serão apresentados os gráficos com a percepção do participante (antes do projeto). Em seguida, na terceira parte serão apresentados os gráficos com a análise formativa do participante (depois do projeto). Por fim, na quarta parte será realizada análise comparativa dos projetos DUT's edições 2012 e 2015 e seus resultados.

3.6 Devolução dos dados para a População Pesquisada

A devolução dos dados resultantes desta pesquisa será realizada através de e-mail individual dos participantes com o detalhamento dos resultados. Será realizada a doação de um exemplar da monografia a Assembleia Legislativa do Tocantins, visando contribuir acerca dos estudos sobre Parlamento Jovem no Tocantins.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

De acordo com a literatura apresentada no primeiro capítulo, os jovens universitários necessitam de espaços e condições para exercer sua cidadania participativa. Cosson (2008) enfatiza que isso ocorre de forma coletiva ou uma experiência pessoal de participação política e educação para democracia.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é realizar um estudo das experiências dos participantes no Projeto DUT visando identificar a contribuição do projeto na formação política, cidadã e profissional destes protagonistas juvenis. Para inferir esses dados foi aplicado um questionário com 29 questões⁹ que serão analisadas nas próximas seções.

A pesquisa demonstra que os ex-participantes que responderam ao questionário tem perfis similares: a maioria são solteiros, enquadram-se na faixa de idade de 18 a 30, freqüentam a universidade e possuem renda entre 1 e 3 salários mínimos. Nessa direção, os próximos tópicos apresentam os resultados e análises dos dados obtidos nesta pesquisa.

4.1 Perfil da amostra - socioeconômico

Nesta etapa foram aplicadas 08(oito) perguntas com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico do participante do Projeto DUT¹⁰.

Com relação ao aspecto gênero, a população estudada se mantém desequilibrada, de forma que 81,5% é composta pelo sexo masculino (22 respondentes) e 18,5% do sexo feminino (5 respondentes). Diante desse indicador demonstra que o projeto DUT foi dominado pela participação de homens, mesmo que os organizadores deixaram abertas livremente as inscrições para ambos os sexos (ordem de inscrição). Nesse aspecto esse fato pode indicar a importância de estimular a participação das mulheres em projetos DUT futuros e em projetos ligados à política. Vale destacar que o mesmo ocorre na própria Assembleia Legislativa do Tocantins (ALTO) onde a atual composição do Parlamento Estadual é composto por 21 deputados e somente 03 deputadas¹¹.

No que diz respeito sobre o estado civil dos participantes os dados da pesquisa apontam que 85,2% são solteiros e 7,4% moram junto com o companheiro (a), casado e

⁹ Apesar de ter sido necessário transformar todas essas perguntas, em gráficos ou quadros no presente relatório, mate-se, em conteúdo, a numeração original das perguntas.

¹⁰ Questionário com perguntas socioeconômicas apresentado na íntegra no ANEXO A do presente trabalho

¹¹ Disponível em: <http://www.al.to.gov.br/perfil>. Acesso em 06 de maio de 2016

divorciado possuem 3,7%. O que se pode perceber é que a maioria não possui nenhum tipo união conjugal podendo-se assim ter o tempo mais livre para participar de atividades políticas.

No que se refere à faixa etária buscou-se identificar a maior população de participantes do Projeto DUT. Diante disso, pode-se perceber que a amostra constitui-se 55,6% de jovens de 18 a 22 anos e 37% de pessoas de 23 até 30 anos, sendo 3,7% para pessoas com mais de 31 a 28 anos ou mais (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Perfil da Amostra – Idade



Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

Tratando-se da renda os dados da pesquisa apontam que a maioria 55,6% da população pesquisada possui renda entre 1 e 2 salários mínimos, seguido de 22,2% possuem ganho entre 2 e 3 salários mínimos (Gráfico 02).

Gráfico 02 – Perfil da Amostra – Renda

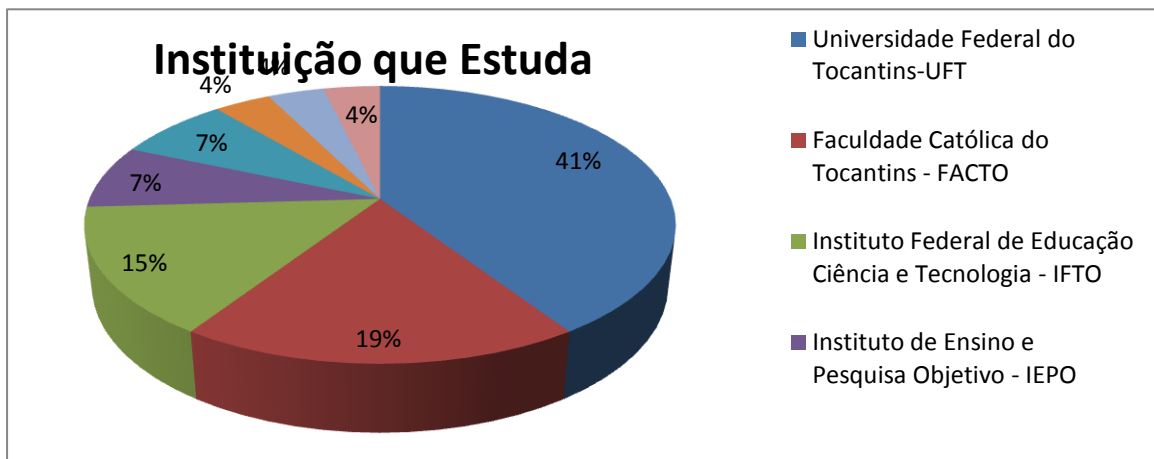


Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

Com relação à escolaridade percebe-se que 77,8% estão com curso superior incompleto, 11% com curso superior completo e índice de 3,7% para pós-graduação completa e incompleta e cursando o ensino médio. Ou seja, esse dado coerente com o público alvo da pesquisa demonstrando que o principal público participante do Projeto DUT compõe-se de estudantes universitários.

Sobre a pergunta em qual instituição que estuda infere-se que 41% estudam na Universidade Federal do Tocantins (UFT), 19% na Faculdade Católica do Tocantins (FACTO), 15% no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), 24% em outras Instituições de Ensino Superior (IES) e 4% no Colégio de Ensino Médio Rachel de Queiroz. Diante desses dados, demonstra-se que o PJ recebeu estudantes de diversas IES e fomentou a vivência parlamentar dos protagonistas juvenis destas diversas IES (Gráfico 03).

Gráfico 03 – Perfil da Amostra – Instituição que estuda



Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

No que se refere ao curso que os participantes do projeto DUT estão cursando a pesquisa identificou que 26% cursam Direito, 11% Gestão Pública, 11% Economia e os demais 52% são os cursos com 4% de índice como: administração, ciência contábeis, filosofia, história, medicina, medicina veterinária, sistemas para internet, engenharia civil, educação física, enfermagem, ciências políticas, nutrição, serviço social e ensino médio (Tabela 02).

TABELA 02– Perfil da Amostra – Curso que está matriculado

CURSO	PERCENTUAL (%)
Direito	26
Gestão Pública	11
Economia	11
Demais cursos	4
Base de dados 27 respondentes	

Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

Os dados apresentados sobre os participantes que responderam que estão cursando Direito são sugestivos, isto devido ao processo legislativo parlamentar chamar mais a atenção

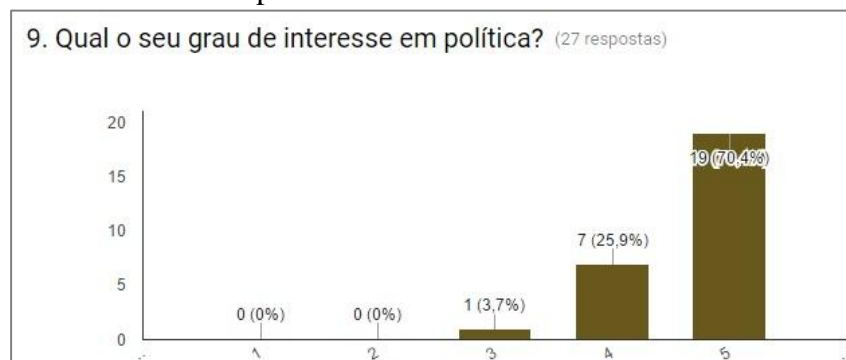
deste grupo específico de universitários. Os cursos como Gestão Pública e Economia também possui um número significativo de estudantes que procuraram participar do Projeto DUT. Vale destacar o aspecto de multidisciplinaridade do Projeto DUT, onde corrobora a ideia de que os participantes de diversos cursos superiores constroem conjuntamente o conhecimento sobre a vivência parlamentar, experimentada através da simulação do processo legislativo.

4.2 Percepção dos Participantes – Diagnóstico

Esta etapa foi composta por 10 (dez) perguntas sendo a metodologia utilizada o questionário com perguntas abertas e fechadas, onde uma pergunta mensura o grau de interesse com escala de diferencial semântico Osgood, uma pergunta fechada onde são fornecidas respostas ao entrevistado, quatro perguntas de escala likert, uma pergunta semi-aberta, duas perguntas dicotômicas (sim ou não) e por fim uma pergunta aberta qualitativa. Como forma de manter sigilo e o anonimato dos respondentes, os participantes serão identificados por números.

Buscou-se identificar a percepção dos deputados universitários antes de terem participado do projeto DUT acerca de política, interesse por política, acompanhamento de notícias políticas, a participação política dos deputados-universitários a importância do voto e da democracia representativa. Procurou-se também instigar para que os deputados-universitários expusessem suas impressões acerca de procurar/cobrar seus representantes, nível de conhecimento sobre a ALTO, sobre a atuação/trabalho dos parlamentares, conhecimento sobre o processo legislativo parlamentar e o que inspira os (as) jovens a participarem do Projeto DUT. Com relação ao grau de interesse em política os dados da pesquisa apontam claramente que a maioria dos jovens universitários se interessam por política, 70,4% perceberam-se no grau 5, máximo e os demais 25,9% no grau 4 (Gráfico 04).

Gráfico 04 – Grau de Interesse em política



Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

No que se refere às perguntas sobre a percepção dos deputados-universitários sobre seu nível de conhecimento com temas ligados a política e sua facilidade ou dificuldade sobre o assunto, percebe-se que 77,8% possuem bom conhecimento sobre o tema e facilidade sobre o assunto, 18,5% possuem muito conhecimento sobre o assunto e 3,7% algum conhecimento e relativa dificuldade sobre o assunto. Nesse sentido, compreende-se este conhecimento e facilidade através da percepção do participante nº 17 onde afirma que “o projeto DUT eu imagina que seria um grande aprendizado, e pude ver na prática que eu estava certo, pois foi através do projeto que aprendi mais acerca de política, tanto na prática como na teoria (Gráfico 05)”¹².

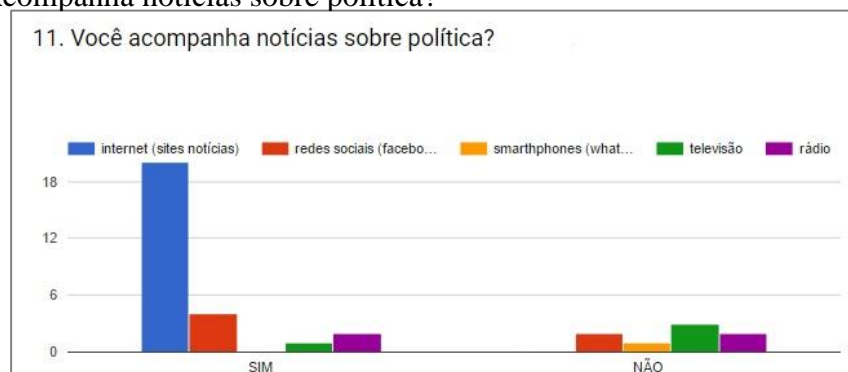
Gráfico 05 – Nível de conhecimento em política e facilidade/dificuldade sobre o assunto



Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

No que diz respeito ao acompanhamento de notícias políticas e por quais canais de comunicação, para 74,5% dos participantes responderam que acompanham pela internet em sites de notícias políticas, 14,8% nas redes sociais (facebook, twitter, instagram) e 7,4% pelo rádio. Este dado demonstra a importância do poder da internet para o acesso a informações sobre políticas, sejam elas de sites especializados ou nas redes sociais (Gráfico 06).

Gráfico 06 – Acompanha notícias sobre política?

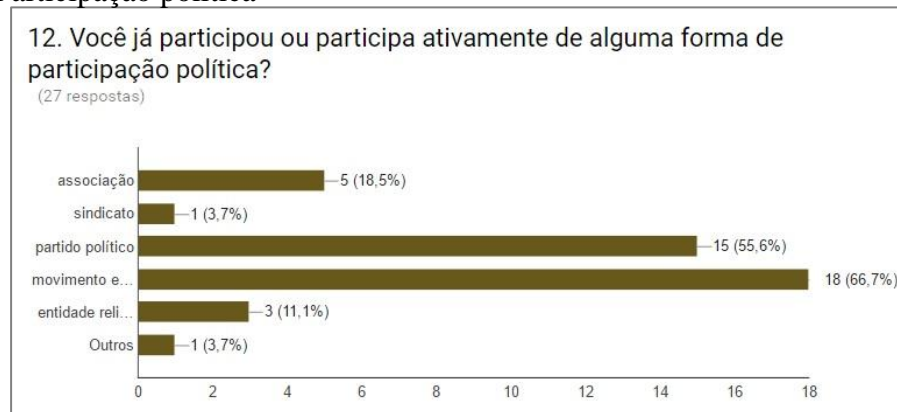


Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

¹² Resposta referente à pergunta de nº 18 do Questionário, apresentado na íntegra deste trabalho no ANEXO A

A questão que diz respeito sobre a participação política dos deputados-universitários, como associações, sindicatos, partido político, movimento estudantil, entidades religiosas e outras, a maioria 66,7% responderam que participaram de movimento estudantil (Gráfico 07). Logo em seguida 55,6% responderam que participam de partido político e 18,5% de associações. Este resultado demonstra o protagonismo juvenil dos deputados-universitários como sujeitos de direitos que protagonizam com atividades direcionadas aos problemas reais da sociedade, atuando com liberdade, compromisso e iniciativa (COSTA, 2001, p. 9). Nesse contexto, colabora para o comentário do participante nº 1 que afirma: “Participar do Projeto DUT é uma simulação de uma atuação parlamentar que nos encoraja, nesse momento em que nos deparamos com a crise de representatividade, a disputar os diversos espaços políticos”¹³.

Gráfico 07 – Participação política



Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

As perguntas sobre se o participante do projeto DUT já procurou algum parlamentar ou pessoa do executivo para reclamar ou cobrar alguma ação para resolver os problemas do bairro, da cidade, do estado ou país? Se sim qual o motivo? (Gráfico 08).

Gráfico 08 – Procurou algum parlamentar para resolver problemas do seu bairro...



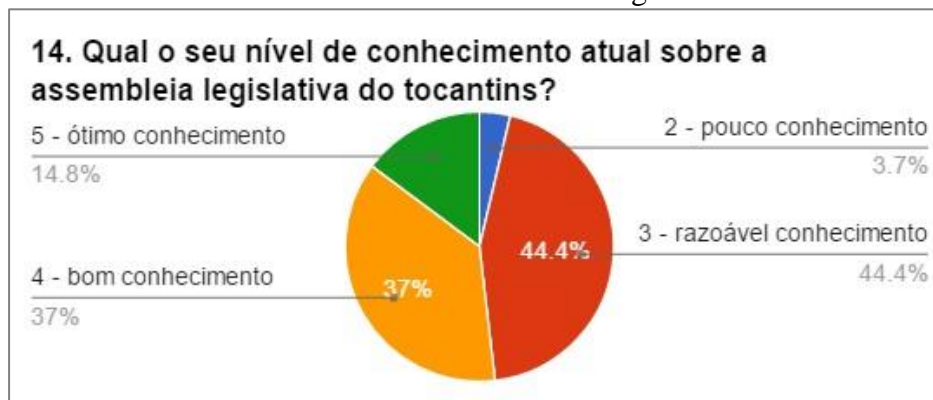
Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

¹³Resposta referente à pergunta de nº 18 do Questionário, apresentado na íntegra deste trabalho no ANEXO A

Nesse aspecto, para 74,1% dos participantes responderam que sim já procuraram e para 18,5% responderam que não, outros 3,7% responderam que foi por outro motivo que era problemas de iluminação e transporte para a faculdade.

Sobre as perguntas referentes ao nível de conhecimento atual acerca da Assembleia Legislativa do Tocantins, os participantes responderam que possuem razoável conhecimento 44,4%, bom conhecimento para 37% e para 14,8% ótimo conhecimento (Gráfico 09).

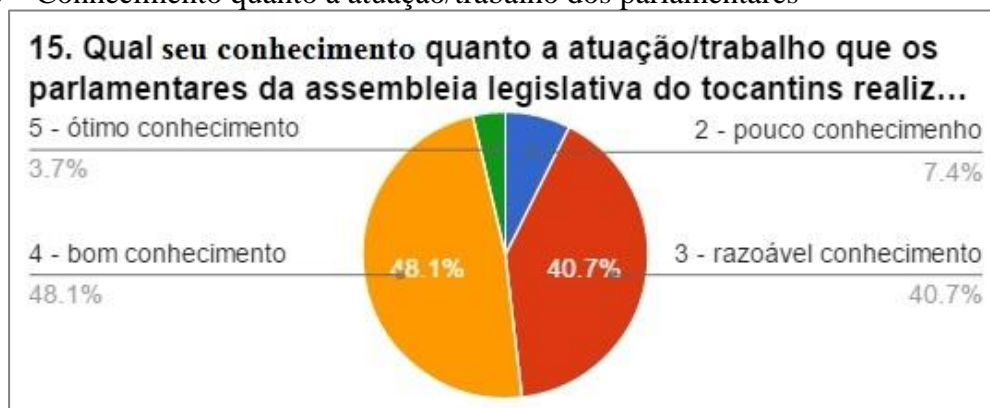
Gráfico 09 – Nível de conhecimento sobre a Assembleia Legislativa do Tocantins



Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

As perguntas sobre o nível de conhecimento sobre a atuação/trabalho parlamentar demonstraram que o jovem participante do projeto DUT, possui conhecimento sobre o trabalho dos mesmos. Para 48,1% percebeu-se que possuem bom conhecimento, para 40,7% razoável conhecimento 7,4% pouco conhecimento responderam (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Conhecimento quanto à atuação/trabalho dos parlamentares

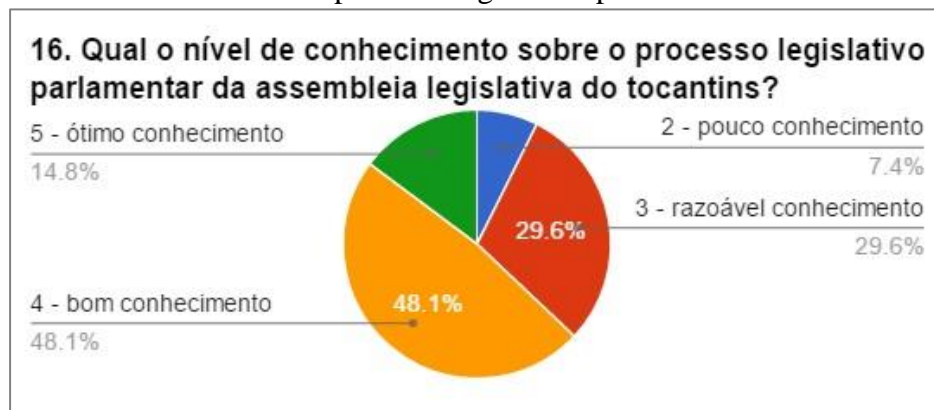


Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

No que diz respeito sobre o nível de conhecimento sobre o processo legislativo parlamentar da Assembleia Legislativa do Tocantins, percebeu-se que para 48,1% possuem bom conhecimento sobre o processo, para 29,6% razoável conhecimento, 14,8% ótimo conhecimento e 7,4% pouco conhecimento. Nesse sentido, percebe-se a colaboração do

projeto DUT no aprofundamento deste conhecimento que para o participante nº 18 fez o seguinte comentário: “Pelo fato de ter a oportunidade de conhecer de perto como funciona os trâmites para um deputado conseguir a aprovação de um projeto de lei de seu interesse (Gráfico 11)”¹⁴.

Gráfico 11 – Conhecimento sobre o processo legislativo parlamentar



Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

Quando perguntados se acreditavam que os votos dos cidadãos e a democracia representativa são importantes para melhoria da cidade/estado/país os participantes todos foram unânimes em responder que sim.

De acordo Mozzato e Grzybovski (2011) enfatizam que a técnica de análise de conteúdo, passando-se da pré-análise, onde organizou-se o material para torná-lo objetivo e operacional, segue-se para a exploração deste material buscando sua contagem frequencial e posteriormente o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Nesse contexto, esta etapa aborda a pergunta de nº 18 do questionário que questiona o participante no que inspira você a participar do projeto DUT.

Esta consulta seguiu-se com os critérios de frequência: 1- agrupamento com as correspondências exatas (palavras); 2- exibindo as mais frequentes e; 3- com comprimento mínimo de palavra de 11 caracteres. Os dados compilados geraram as informações com as palavras mais respondidas pelos participantes, com contagem (nº de participantes) e percentual de respostas.

Na tabela 03 é demonstrada a frequência das palavras geradas pelo software Nvivo 11 para facilitar na análise dos dados.

¹⁴Resposta referente à pergunta de nº 18 do Questionário, apresentado na íntegra deste trabalho no ANEXO A

Tabela 03– Consulta de frequência de palavras – análise pré-formativa

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)
universidade	12	14	197%
Legislativo	11	6	84%
oportunidade	12	5	70%
conhecimento	12	4	56%
experiência	11	4	56%
funcionamento	13	3	42%
Legislativa	11	3	42%
parlamentar	11	3	42%
protagonismo	12	2	28%
representatividade	18	2	28%
responsabilidades	17	1	14%
antecipadamente	15	1	14%
amadurecimento	14	1	14%
enriquecimento	14	1	14%
representantes	14	1	14%
empoderamento	13	1	14%
articulações	12	1	14%
aprendizado	11	1	14%
compreender	11	1	14%
crescimento	11	1	14%
cumprimento	11	1	14%
Curiosidade	11	1	14%
desenvolver	11	1	14%
Diversidade	11	1	14%
experiências	12	1	14%
necessidade	11	1	14%
participantes	13	1	14%
proporciona	11	1	14%
Base de dados 27 respondentes			

Fonte: Tabulação via software Nvivo junho de 2016.

A partir dos dados coletados percebe-se que a palavra mais frequente é **universidade** com 197% seguida de legislativo 84%. Demonstra-se assim o papel da universidade como impulsora da cultura de educação democrática no legislativo, através do projeto de extensão Projeto DUT. A seguir é apresentada a Figura 12 com as frequências de palavras (nuvem de palavras) mais lembrados pelos participantes na questão 18:

Figura 12 –O que inspira você a participar do projeto DUT

Fonte: Nuvem de palavras via software Nvivo junho de 2016.

Seguindo na análise dar-se-á destaque aos presentes dados que são sugestivos e muito importantes para esta pesquisa. De acordo com os dados a palavra **oportunidade** é respondida pelos participantes tendo índice de frequência de 70%. Esse dado corrobora para a pesquisa levando-nos a compreender a importância de projetos como o Projeto DUT na formação dos jovens. Logo em seguida, temos as palavras **conhecimento e experiência** com índice de frequência com 56% entendendo-se assim a importância dessa percepção aos jovens. Como exemplo, recupero a resposta do participante nº 22 sobre o que a inspira a participar do projeto DUT: “Aprofundar meus conhecimentos e vivências dentro dos processos políticos”¹⁵.

Posteriormente, as palavras **funcionamento, legislativa e parlamentar** são percebidas com frequência de 42% demonstrando-se assim, o interesse dos participantes ao ingressar no projeto DUT que é de entender o funcionamento da atividade legislativa parlamentar. Por fim, como dados importantes são as palavras **protagonismo e representatividade** com índice de frequência de 28% percebidas pelos participantes. Nesse sentido corrobora os estudos de Novaes (2009, p. 37) que pondera:

é preciso que a sociedade e o Estado sejam receptivos às possibilidades e oportunidades de participação juvenil, não só por motivos de ampliação da democracia,mas também pela importância da vivência política nos processos de desenvolvimento pessoal dos jovens.

Portanto, aos se inscreverem no projeto DUT os participantes tinham plena consciência do que esperavam ter e/ou conhecer. Passamos agora para análise formativa posterior a participação no projeto, com vistas a entender se a população pesquisada alcançou o que estava almejando e se o projeto contribuiu na formação política, cidadã e profissional dos participantes.

4.3 Percepção dos Participantes – Posterior formativa

Esta etapa é composta por 12(doze) perguntas sendo a metodologia utilizada o questionário, com 10 (dez) perguntas fechadas dicotômicas (sim ou não), uma pergunta fechada onde são fornecidas respostas ao entrevistado e por fim uma pergunta aberta qualitativa.

¹⁵Resposta referente à pergunta de nº 18 do Questionário, apresentado na íntegra deste trabalho no Apêndice A

Na Tabela 04 são apresentados os resultados dos questionários da pesquisa em relação a contribuição do projeto DUT na formação dos participantes, referentes as 10 perguntas fechadas dicotômicas, com as respectivas análises formativas das mesmas:

Tabela 04 – Resultados dos questionários – análise formativa do projeto DUT

PERGUNTA	SIM (%)	NÃO (%)
19. Você acredita que sua percepção/atuação como cidadão foi alterada após a participação no PROJETO DUT?	100,0	0,0
20. Você acredita que a participação no PROJETO DUT ampliou ou despertou o seu interesse por política?	100,0	0,0
22. Depois do PROJETO DUT, você buscou mais informações sobre temas relacionados à atividade político-legislativa?	100,0	0,0
23. A participação no PROJETO DUT modificou sua percepção sobre a importância do voto dos cidadãos e da democracia representativa?	92,6	7,4
24. Você acredita que a participação no PROJETO DUT alterou sua percepção quanto ao trabalho dos parlamentares?	92,6	7,4
25. Depois do PROJETO DUT, você acompanhou a tramitação de projetos de lei, matéria de seu interesse, na Assembleia Legislativa do Tocantins, Câmara Municipal, Câmara dos Deputados ou Senado Federal?	100,0	0,0
26. O PROJETO DUT estimulou a você buscar no parlamento ou executivo a resolução de problemas do seu bairro, cidade, do estado ou do país?	77,8	22,2
27. A sua participação no PROJETO DUT fará alguma diferença quanto a sua atuação em associações, partidos políticos, entidades religiosas, desportivas ou culturais?	96,3	3,7
28. Você acredita que a participação no PROJETO DUT fez com que você melhorasse sua capacidade de discussão de temas de interesse coletivo?	96,3	3,7
29. Você estimularia outros jovens a participar do PROJETO DUT?	100,0	0,0
Base de dados 27 respondentes		

Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

Analisando estas questões, sobre se a percepção/atuação como cidadão foi alterada após participação no projeto DUT, os deputados universitários foram unânimes ao responder que sim. A resposta do participante nº 15 mostra esta importância: “Visto que a vivência dentro da casa do Povo é de grande enriquecimento para meu crescimento político e como cidadã”¹⁶.

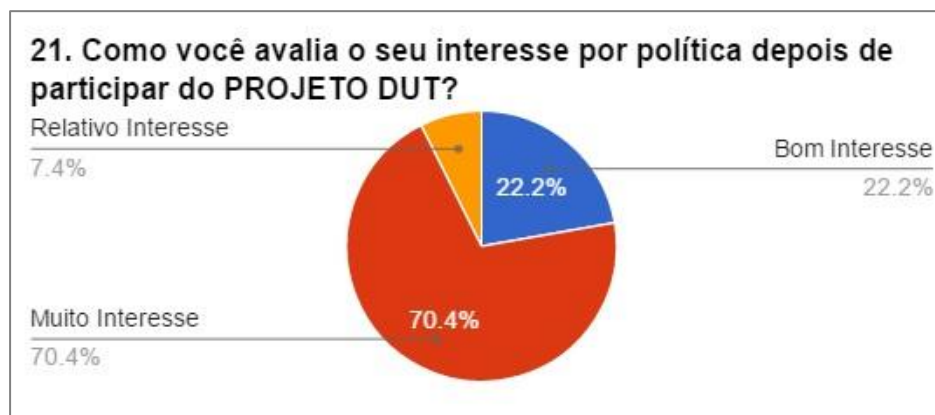
Na pergunta se os deputados universitários acreditam que a participação no projeto DUT ampliou ou despertou seu interesse por política, percebe-se que há um consenso entre os participantes que responderam que sim. De forma significativa o participante nº 18 diz: “Com o projeto DUT, meu interesse pela política aumentou, o projeto mostrou dá muito bem para trabalhar muito bem como legislador desde que tenha força de vontade, o que não vimos muito na atual Casa de Leis do Tocantins”¹⁷.

¹⁶Resposta referente à pergunta de nº 18 do Questionário, apresentado na íntegra deste trabalho no Apêndice A

¹⁷Resposta referente à pergunta de nº 30 do Questionário, apresentado na íntegra deste trabalho no Apêndice A

Continuando-se na análise sobre as questões que dizem respeito sobre o nível de interesse por política depois de participar do projeto DUT, 70,4% responderam ter muito interesse, 22,2% bom interesse e 7,4% relativo interesse (Gráfico 12). Estes resultados demonstram que os jovens universitários devem tornar-se parte de algo, tomar partido e, principalmente terem uma participação política ativa (BOBBIO, 1983).

Gráfico 12 – Avaliar interesse em política, após participar do projeto DUT



Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

No que se refere à pergunta a participação no projeto DUT modificou sua percepção sobre a importância dos votos dos cidadãos, 92,6% responderam que sim, que mudou e para 7,4% que não. A resposta do participante nº 01 demonstra este fato: “Contudo, percebi a importância do espaço representativo e ao mesmo tempo, a responsabilidade social que devemos ter com a população que confia e acredita no candidato em que depositam seu voto”¹⁸.

Analisando a questão sobre a participação no projeto DUT alterou sua percepção quanto ao trabalho dos parlamentares. Para 92,6% dos participantes responderam que sim, que mudou e para 7,4% que não. O participante nº 11 fez o seguinte comentário: “Aumentou meu interesse e percepção quanto as responsabilidades e atuação dos parlamentares”¹⁹. Isso demonstra que o projeto DUT contribuiu aos conhecimentos dos participantes no que diz respeito a entender o papel dos parlamentares, suas atribuições e responsabilidades.

Ao serem questionados sobre se depois do projeto DUT acompanharam a tramitação de projetos de lei, matéria de seu interesse, na Assembleia Legislativa do Tocantins, Câmara Municipal, Câmara dos Deputados ou Senado Federal, os participantes responderam unânimes que sim. O participante nº 12 assim respondeu: “O DUT nos traz a percepção de

¹⁸Resposta referente à pergunta de nº 30 do Questionário, apresentado na íntegra deste trabalho no Apêndice A

¹⁹Resposta referente à pergunta de nº 30 do Questionário, apresentado na íntegra deste trabalho no Apêndice A

como funciona o trâmite legislativo, como estudante de Direito contribuiu muito para a minha formação do conhecimento das instituições do país”²⁰.

Analisando a questão se o projeto DUT estimulou a você buscar no parlamento ou executivo a resolução de problemas do seu bairro, cidade, do estado ou do país? Deste modo, 77,8% responderam que sim e 22,2% disseram que não. Demonstra-se este resultado na resposta do participante nº 14 que diz: o DUT estimula o efetivo exercício da cidadania ao fiscalizar os parlamentares e recorrer, junto aos legisladores, formas de melhorarmos nossos bairros e cidades.”²¹.

Referente à pergunta se a sua participação no PROJETO DUT fará alguma diferença quanto a sua atuação em associações, partidos políticos, entidades religiosas, desportivas ou culturais? Isso pode ser exemplificado na resposta do participante nº 17: “No meu caso, entrei em um curso universitário onde via inúmeras dificuldades e problemas, e neste mesmo contexto uma mesma equipe que vinha gerindo o curso a anos, resolvi então tentar mudar, e mesmo estando no 1º Período montei uma chapa, me candidatei, propus moldes totalmente novos e inéditos a frente da gestão do curso, e felizmente a proposta foi muito bem aceita pela população acadêmica, fazendo com que minha chapa fosse eleita”²².

Analisando-se a pergunta, você acredita que a participação no projeto DUT fez com que você melhorasse sua capacidade de discussão de temas de interesse coletivo? O participante nº 03 traduz essa melhoria dizendo: “Tenho participação efetiva há muito tempo no terceiro setor e também nos conselhos. Como falei anteriormente, acho que ajudou a sentir como os parlamentares atuam e suas responsabilidades. Estou tentando multiplicar no meio que convivo esse projeto e também nas políticas públicas da minha comunidade”²³.

Como penúltima pergunta, todos responderam que indicariam outros jovens a participar do projeto DUT. Para os idealizadores do projeto, bem como os coordenadores pedagógicos envolvidos, este resultado é gratificante no sentido de estimular a realização de novas edições, para que o projeto possa alcançar novas pessoas gerando novos conhecimentos.

Finalmente, analisa-se neste momento a pergunta qualitativa mais desafiadora deste trabalho, que é a pergunta de nº 30 que questiona:

Explique como o Projeto DUT contribui para a sua formação política, cidadã e profissional?

²⁰Resposta referente à pergunta de nº 30 do Questionário, apresentado na íntegra deste trabalho no Apêndice A

²¹Resposta referente à pergunta de nº 30 do Questionário, apresentado na íntegra deste trabalho no Apêndice A

²²Resposta referente à pergunta de nº 30 do Questionário, apresentado na íntegra deste trabalho no Apêndice A

Seguindo a mesma abordagem utilizada na pergunta qualitativa anterior, após coleta das respostas dos participantes, novamente foi utilizado o software Nvivo 11 para facilitar na análise dos dados. Esta consulta seguiu-se com os critérios de frequência: 1- agrupamento com as correspondências exatas (palavras); 2- exibindo as mais frequentes e; 3- com comprimento mínimo de palavra de 11 caracteres. Os dados compilados geraram as informações com as palavras mais respondidas pelos participantes, com contagem (nº de participantes) e percentual de respostas demonstrada na tabela 05.

Tabela 05 – Consulta de frequência de palavras – análise formativa

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)
Conhecimento	12	14	57%
Universidade	12	14	57%
Legislativo	11	11	45%
Oportunidade	12	10	41%
Legislativa	11	8	33%
Experiência	11	7	29%
importância	11	6	24%
universitário	13	6	24%
parlamentares	13	5	20%
compreender	11	4	16%
funcionamento	13	4	16%
parlamentar	11	4	16%
anteriormente	13	3	12%
representatividade	18	3	12%
amadurecimento	14	2	8%
articulações	12	2	8%
conhecimentos	13	2	8%
curiosidade	11	2	8%
desenvolver	11	2	8%
diretamente	11	2	8%
entendimento	12	2	8%
experiências	12	2	8%
necessidade	11	2	8%
participação	12	2	8%
perspectiva	11	2	8%
profissional	12	2	8%
proporcionou	12	2	8%
protagonismo	12	2	8%
responsabilidades	17	2	8%
Base de dados 27 respondentes			

Fonte: Tabulação via software Nvivo realizada em junho de 2016.

Infere-se, portanto, a partir dos dados coletados que a palavra mais frequente respondida pelos participantes do projeto DUT é **conhecimento** com índice de frequência de 57%. Para responder esse dado, analisando-se esta resposta, convém explicitar o raciocínio que sustenta a resposta óbvia.

²³Resposta referente à pergunta de nº 30 do Questionário, apresentado na íntegra deste trabalho no Apêndice A

que obtiveram ganhos em conhecimento, compreensão do legislativo através da experiência parlamentar, entenderam o papel da representatividade, amadureceram e desenvolveram-se quanto cidadãos. O projeto DUT com o formato de Parlamento Jovem para o público universitário propiciou uma cultura cidadã democrática aos protagonistas juvenis.

Portanto, conforme se observa no resultado e na análise desses dados, o projeto de graduação responde à pergunta problema do respectivo projeto de pesquisa no campo da administração pública. Na próxima seção é realizada a comparação das duas edições do projeto DUT e a repercussão de seus resultados.

4.4 Análise dos Projetos DUT's - edição de 2012 e de 2015

O projeto DUT apontou que a participação política da juventude é catalisadora das mudanças, mas para que essas ocorram, os jovens precisam se reconhecer enquanto sujeitos políticos capazes de interferir nas esferas políticas do seu município e do seu estado. De fato, o projeto DUT colaborou para a atuação e o protagonismo juvenil possibilitando a discussão de projetos relevantes para a sociedade tocantinense.

O projeto DUT confirma os estudos desta pesquisa, demonstrando que foi possível contribuir na formação política, cidadã e profissional dos jovens, proporcionando-os um grande fluxo de informações através da experiência direta de seu envolvimento com o mundo político do poder legislativo.

Ao vivenciarem uma sessão parlamentar, debaterem na audiência pública, criando e discutindo projetos de leis, contribuiu-se para que os participante venham a desenvolver suas competências, habilidades e atitudes (CHA) em pesquisa legislativa, negociação, retórica e debate aplicadas à administração da vida pública como um todo.

Para Cosson (2008, p. 6):

Junto aos conhecimentos sobre a vida política e às práticas democráticas de discussão e construção da vida em comum, os estudantes terminam por reconhecer durante e após o Parlamento Jovem o impacto das suas palavras e ações sobre os outros; a necessidade de resolver os conflitos por meio do debate, da cooperação e da ação coletiva; a importância de respeitar a posição do outro como legítima e relevante para o desenvolvimento de sua própria compreensão do mundo; e a existência fundamental de regras comuns a todos nas relações sociais. Em outras palavras, eles acabam absorvendo os valores de liberdade, equidade, justiça social e solidariedade que sustentam uma sociedade democrática.

Nas duas edições os participantes foram capacitados para criar, redigir e justificar seus projetos de leis de forma a priorizar as questões mais importantes de sua sociedade e/ou

segmento representativos. A seguir é demonstrado no Quadro 02 o comparativo dos principais pontos das duas edições do projeto DUT:

Quadro 02 – Comparativo entre os projetos

EDIÇÃO	2012	2015
Quem Coordenou	Curso de Gestão Pública-IFTO	Curso de Administração-UFT
Público-alvo	Estudantes universitários e estudantes ensino médio	Estudantes universitários, do ensino médio, de pós-graduação, idosos e outros
Modo de seleção dos estudantes	Editais de seleção, ordem de inscrição	Editais de seleção, ordem de inscrição e critério técnico
Parceiros	IFTO, UFT, Assembleia Legislativa, mov. estudantil (C.A's e DCE)	UFT, IFTO, Assembleia Legislativa, mov. estudantil (C.A's e DCE)
Dinâmica	Simulação do Processo Legislativo, Funcionamento das Comissões e Atividades no Plenário	Simulação do Processo Legislativo, Funcionamento das Comissões, Atividades no Plenário e Audiência pública
Tema da Audiência Pública	Não houve	Redução da Maioridade Penal
Nº de deputados por edição	26	30
Nº de partidos	10	7
Tipo de partidos	Idênticos aos existentes na Assembleia Legislativa	Temáticos com ideologias políticas: neoliberal, socialista, comunista, sustentabilidade e outros
Criação de normas para estatuto partidário, logomarca e objetivos do partido	Não	Sim
Nº de monitores	3	4
Nº de assessores legislativos (acadêmicos de direito)	2	3
Nº de assessores de imprensa (acadêmicos de comunicação social/jornalismo)	2	5
Nº de projetos encaminhados	22	42
Nº de projetos aprovados	10	20
Nº de projetos aprovados e aceitos pela Assembleia Legislativa	0	2 (estágio na Assembleia legislativa e criação do Parlamento Universitário)
Houve Premiação?	Sim. Com regulamento, Prêmio Projeto DUT	Sim. Com regulamento, Prêmio Revelação Parlamentar
Quantos premiados?	3	7 (3 deputados, 3 da organização e 1 partido)
Tipo de Prêmio	Moção de aplausos e certificado.	Certificado de destaque, placa de homenagem e Estágio Visita na Câmara dos Deputados
Local de realização	Plenarinho da Assembleia Legislativa do Tocantins	Plenário e plenarinho da Assembleia Legislativa do Tocantins

Fonte: Elaborado pelo autor em maio de 2016.

Os deputados universitários desenvolveram ainda, a capacidade de apresentar fatos, idéias, razões lógicas a respeito da defesa de seus ideais, bem como, na compreensão do respeito mútuo à opinião conflitante/divergente e de entender o jogo político que acontece no parlamento, que certas vezes é hipotecar-se com a vontade da maioria, além de conhecer melhor o funcionamento e a tomada de decisões na Assembleia Legislativa.

Cosson (2008, p. 118) a simulação deve e precisa ter uma referência da realidade concreta para se efetivar como tal, o que significa que o programa será tão mais legítimo quanto mais se aproximar das funções e do funcionamento da casa legislativa que a promove.

O projeto DUT possui um papel diferenciado comparando-se com atividades existentes em outras localidades do país. No projeto DUT os universitários possuem diferentes papéis como: o deputado universitário, o assessor legislativo, o jornalista político e o fotógrafo como forma dos participantes vivenciarem a atividade parlamentar e seu cotidiano.

No decorrer da realização das duas edições do projeto DUT, os deputados universitários foram estimulados a criarem, debaterem, articularem e defenderem suas idéias de proposições parlamentares (projeto de lei, resolução, requerimento) como forma de sustentar-se na atividade de simulação do processo legislativo parlamentar. Como relevante produto gerado, a seguir são apresentadas algumas das principais proposições conforme Quadro 03:

Quadro 03 – Proposições deputados universitários

PROJETOS DE LEIS DEPUTADOS UNIVERSITÁRIOS	
2012	2015
PLO 001/2012 - Institui Sistema de Reserva de Vagas em concurso público para cargos de nível médio.	PLO 001/2015 - Institui reserva de salas para cursos de pré-vestibulares no Tocantins
PLO 002/2012 - Dispõe sobre a inclusão de aulas de empreendedorismo. Apensado ao PLO 004/2012)	PLO 002/2015 - Cria a Secretaria Geral de Licitação
PLO 003/2012 - Dispõe sobre a inclusão da energia sustentável no Estado do Tocantins	PLO 003/2015 - Criação de Centro de Abrigos para Moradores de Rua
PLO 005/2012 - Dispõe sobre a inclusão da disciplina de noções básicas de direito eleitoral na grade curricular das redes pública e privada de ensino do Estado do Tocantins.	PLO 004/2015 - Dispõe sobre a Lei de incentivo ao primeiro emprego a jovens e adolescentes do Tocantins
PLO 008/2012 - Dispõe sobre a criação da tribuna participativa que se aplica à existência de espaço à sociedade de ter direito à palavra em sessões ordinárias periódicas na Assembleia Legislativa do Tocantins.	PLO 005/2015 - Cria a Escola Pública Estadual de Trânsito e dá outras providências
PLO 009/2012 - Dispõe sobre a criação do Plano Estadual de Educação para o decênio 2013-2022, com suas diretrizes e metas a serem alcançadas.	PLO 006/2015 - Cria o Museu Estadual da Guerrilha do Araguaia

PLO 011/2012 - Dispõe sobre a Atenção Primária a Saúde no estado do Tocantins	PLO 022/2015 - Cria o programa Primeiro Emprego Tocantinense
PLO 012/2012 - Dispõe sobre o ambulatório móvel rural para atendimento médico em assentamentos e comunidades ribeirinhas do Estado do Tocantins	PLO 008/2015 - Institui a Política de Participação Social e o Sistema de Participação Social
PLO 013/2012 - Institui a coleta de medicamentos vencidos ou que tiveram o uso suspenso no Estado do Tocantins.	PLO 009/2015 - Institui a Política de estruturação e fortalecimento das Cooperativas no Tocantins
PLO 014/2012 - Dispõe sobre a criação do auxílio transporte intermunicipal aos estudantes universitários matriculados nas Instituições de Ensino Superior localizadas no Estado do Tocantins	PLO 010/2015 - Dispõe sobre a mudança de nomes de escolas e instituições estaduais nomeadas em homenagem à agentes da “Ditadura Militar”
PLO 015/2012 - Instituir a Secretaria de Assuntos Indígenas do Estado do Tocantins – SAIND-TO.	PLO 011/2015 - Dispõe sobre a formação e implementação do programa extracurricular “Pequenos Cidadãos”
PLO 017/2012 - Dispõe sobre a inclusão de aulas de Educação Financeira no conteúdo curricular das redes de ensino pública e privada de ensino do Estado do Tocantins.	PLO 034/2015 - Institui cotas nas Univ. Est para Travestis, Transgêneros e Transexuais
PLO 018/2012 - Dispõe sobre a criação Instituir a Secretária Estadual de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial - Semira-TO.	PLO 013/2015 - Programa Saúde na Escola PROSAES
PLO 019/2012 - Dispõe sobre a meia passagem de ônibus intermunicipais para os estudantes universitários do estado do Tocantins.	PLO 016-2015 - Institui o Programa Passe Livre Estudantil e Cria o Fundo do Programa Passe Livre Estudantil
PLO 020/2012 - Dispõe sobre os sistemas de tratamento de efluentes Sanitários no Estado do Tocantins	PLO 018/2015 - Dispõe sobre a criação de um fundo de assistência estudantil

Fonte: Elaborado pelo autor em maio de 2016.

Cosson (2008) “afirma que é nesse momento que o PJ deixa de ser simulação parlamentar com fins educativos para assumir o papel de fórum político de jovens”.

Esses dados comparativos das proposições de cada edição do projeto DUT demonstram o potencial e o acúmulo de conhecimentos adquiridos através dos projetos de leis criados pelos deputados universitários. Os organizadores buscaram formas de preservar esse conhecimento e difundi-lo, de modo que elaborou-se manuais, regimentos internos do programa e banco de dados das proposições criadas pelos deputados universitários haja vista a importância de muitas idéias que podem ser colocadas em práticas na vida dos cidadãos tocantinenses.

4.4.1 Repercussões do projeto DUT

Nesta unidade apresenta-se os tópicos com destaques dos resultados mais expressivos e concretos alcançados no decorrer dos anos pelo projeto DUT, a saber:

✓ O projeto DUT, edição de 2012 foi apresentado na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Tocantins no ano de 2013;

- ✓ Candidatura para Deputado Federal – após participar do Projeto DUT, edição de 2012 o ex-participante Rafael Boff participou do Projeto Politeia e posteriormente candidatou-se na disputa para Deputado Federal no Tocantins no ano de 2014²⁴;
- ✓ Foi apresentado no 6º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém-PA, no ano de 2014;
- ✓ Foi apresentando no 1º Encontro dos Pesquisadores e Pesquisadoras de Políticas de Juventude – Participatório em Rede em Brasília-DF no ano de 2014;
- ✓ Foi apresentado na 1ª Mostra Cultural da 3ª Conferência Nacional de Juventude em Brasília-DF no ano de 2015;
- ✓ Projeto de Resolução para Estágios na Assembleia Legislativa – através do projeto da participante Amanda Fuso, Assessora Legislativa com articulação da organização pedagógica do projeto DUT foi instituído o Projeto de Resolução Nº 07/2015 de autoria do Dep. Eduardo Siqueira Campos que instituiu o programa de contratação de estagiários na Assembleia Legislativa e adotando outras providências (DIARIO DA ASSEMBLEIA, Ano XXV, nº 2232, 2015);
- ✓ Projeto DUT instituído na Assembleia Legislativa – através da articulação política da organização pedagógica do projeto foi instituído o Projeto de Resolução Nº 13/2015 de autoria do Dep. Paulo Mourão que cria o programa “Parlamento Universitário” e dá outras providências (DIARIO DA ASSEMBLEIA, Ano XXV, nº 2263, 2015).
- ✓ O projeto DUT serviu de fonte de inspiração para o Projeto Politizar do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, ao qual foi compartilhado com os respectivos organizadores informações sobre como realizar um projeto deste tipo, materiais, metodologias, regimento e etc²⁵.

A partir da análise das repercussões do projeto DUT demonstra-se claramente a maneira que o projeto consolida-se como um dos mais bem sucedidos programas educativos voltado para formação política e cidadã dos jovens no Tocantins. No ano de 2015, conforme apresentado anteriormente, o programa passou a ter caráter de lei e denomina-se agora como “**Parlamento Universitário**”. Conseqüentemente surge como um novo desafio a realização de novos projetos com o formato estabelecido pelo projeto de resolução tendo em vista a diversidade de “juventudes” e o papel extensionista dos membros do curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

²⁴ Informação pública no site do Tribunal Regional Eleitoral-TRE juntamente com anuência do ex-participante

²⁵ Disponível em: http://projetopolitizar.blogspot.com.br/p/quem-somos_11.html. Acesso em 06 de maio de 2016

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo desenvolvido no decorrer deste trabalho demonstra a relevância de se realizar programas de formação política e cidadã ao público jovem universitário dando-lhe oportunidade para participarem dizerem o que pensam o que sentem a respeito dos problemas da sociedade e principalmente escutá-los.

No cenário brasileiro, existe um forte sentimento de frustração nos jovens de não se sentirem representados pelo sistema político em vigor, percebendo-os com desconfiança, distanciamento e descrédito. Promessas não cumpridas, corrupção a falta de representatividade dos jovens nos espaços de poder entre outros fatores. Certamente, os governantes e políticos ainda não foram capazes de responder às demandas, vindas principalmente dos jovens, por mais representatividade política. Nesse sentido, é necessário que os detentores do poder da administração pública propiciem mecanismos, espaços, oportunidades e que façam com urgência uma reforma política para garantir o acesso dos jovens no parlamento brasileiro.

Uma cultura de participação, entretanto, não é algo que se cria ou implementa de um dia para o outro. Nesta perspectiva, tem sido muito criticada uma certa obrigatoriedade da participação em programas voltados “à inclusão de jovens”, onde são utilizados artifícios em que o jovem é um mero expectador de políticas públicas e no caso deveria ser um protagonista atuante (NOVAES, 2006).

O projeto DUT foi capaz de estimular o protagonismo democrático de jovens palmenses, por meio de uma metodologia diferente e inovadora, pois estimula o conhecimento e a reflexão por meio da simulação de uma situação real. Logo, essa simulação proporcionou familiarização com os principais debates sobre políticas públicas que ocorrem no Tocantins e também no Brasil. partir do desafio de dar aos jovens de vivenciarem, entenderem e conhecerem o parlamento tocantinense. A iniciativa conseguiu quebrar preconceitos em relação à atuação dos verdadeiros deputados, dando devida compreensão sobre o funcionamento da Assembleia Legislativa e, em última instância, melhor conhecimento da dinâmica das instituições democráticas do Tocantins.

Não é sem razão, portanto, que os deputados universitários no final do projeto, tendem à confiar mais nas instituições legislativas, quando comparados a jovens que não tiveram essa oportunidade. De certa forma, é gratificante perceber que os deputados universitários são unânimes em afirmar que, após participarem do projeto a experiência que obtiveram no projeto DUT foi transformadora em suas vidas, indicariam outros jovens,

conheceram melhor o poder Legislativo, as responsabilidades dos deputados, e a vida política em geral. Também não acontece por acaso o despertar destes protagonistas juvenis a inserir-se na vida política/pública, seja atuando no terceiro setor, ganhando o grêmio estudantil e/ou centro acadêmico como visto nas análises, ou principalmente vir a se candidatar nos diversos cargos eletivos do Estado, ou talvez do país (COSSON, 2008).

Vale destacar, a desafiante trajetória para realizar este tipo de programa na Assembleia Legislativa visando o tamanho da burocracia para obter o acesso do público jovem universitário na Casa de Leis. Rememora-se também que, após seis anos da implementação da Resolução nº248/2006 é que veio ocorrer um programa de Parlamento Jovem no Tocantins. Criam-se as leis, mas não as se executam.

Por fim, diante do exposto podemos afirmar que é fundamental o jovem participar da política, pois assim, renova-se o parlamento com novas idéias e atitudes e principalmente a cultura democrática do país. Desperta-nos ainda acerca da responsabilidade social que cabe a todos os brasileiros, de procurar soluções para viabilizar a construção de um país mais justo e igualitário. Deseja-se que os subsídios advindos dos resultados desta pesquisa estimule a condução desse programa pela Assembleia Legislativa e que se possa criar uma cultura de educação para democracia para a sociedade tocantinense.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. 2006. (Obra original publicada em 1977)
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: UnB, 1983.
- BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BRACARENSE, Paulo Afonso. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.
- BRASIL. Constituição (2010). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado, 1988.
- BRASIL. Lei 12.852, de 05 de Agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre o direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, Seção 1, nº 150, p. 1-4, 06 ago. 2013.
- CARNEIRO, C. B. Conselhos de Políticas Públicas: desafios para sua institucionalização. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 36, v. 2, 2002.
- CARVALHO, Alexandre Ventura Caçador. **O Parlamento jovem e a experiência das escolas do legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados: o desenvolvimento da cultura cívica, propícia à democracia**. 2009. Monografia (Especialização em Processo Legislativo) – Pós-graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/CEFOP, Brasília.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**. Brasília, RITLA, 2009.
- COSSON, Rildo. Dois modelos de parlamento jovem: uma leitura de seu funcionamento como letramento político. In: I PHOJETOS – Simpósio Nacional sobre Política, Ética e Educação. Unicamp, **Anais...** Campinas, 2008.
- COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, escolas de democracia**. Série colóquios de excelência; n.1, Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 2008.
- COSTA, A. C. G. **Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo; um guia para o educador**. Belo Horizonte: Universidade, 2001.
- DEMANTOVA, G. C. **A Eficácia dos Conselhos Gestores: estudo de caso do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas**. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2003.

FERREIRA, Marco Aurélio (Org.). **Administração pública, economia solidária e gestão social: limites, desafios e possibilidades**. Viçosa, MG : UFV, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GONÇALVES, Guilherme Quaresma; CASALECCHI, Gabriel Ávila. O impacto do parlamento jovem sobre a confiança dos jovens mineiros. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Minas Gerais, vol. 15, nº 24, jul/dez. 2013.

FUKS, Mario. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. **OPINIÃO PÚBLICA**. Campinas, vol. 20, nº 3, p. 425-449, dez. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. Editora Atlas, 2010.

MAGALHÃES, Maria Beatriz Maciel de. **O papel da argumentação filosófica na formação do cidadão: o caso do Parlamento Jovem**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário) – Pós-Graduação em Letras, U.PORTO, Universidade do Porto.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parlamento Juvenil começa a selecionar estudantes**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/06/parlamento-juvenil-do-mercosul-comeca-a-selecionar-estudantes>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **ANPAD-RAC**. Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

NOVAES, Regina Célia Reyes (Org.). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo, Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert, p. 1-140, 2006.

PALMAS. Lei nº 1724, de maio de 2010. Institui o Conselho Municipal de Juventude de Palmas e dá outras providências.

PARLASUR – Parlamento delMercosur. **Parlamento juvenil inaugura susession de trabajos em la sede delParlasur**. Disponível em: http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/9178/2/parlasur/parlamento_juvenil_i_naugura_su_sesion_de_trabajos_en_la_sede_del_parlasur.html. Acesso em: 28 mar. 2015.

Portal da Câmara dos Deputados. **Parlamento Jovem Brasileiro 2015**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/parlamentojovem>. Acesso em: 28 mar. 2015.

Relatório Nacional Brasil. **Pesquisa sobre Juventudes no Brasil2008**. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/Brasil_ultimarev. Acesso em: 10 set. 2015.

Resolução nº 12 de 18 de novembro de 2003. Dispõe sobre a criação, no âmbito da Câmara dos Deputados, do “Parlamento Jovem Brasileiro” e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, p. 62498, 19 nov. 2003.

Resolução nº 248 de 08 de novembro de 2006. Dispõe sobre a criação do Parlamento Jovem, no âmbito da Assembleia Legislativa, e adota outras providências. **Diário da Assembleia Legislativa do Tocantins**, nº1.501, 2006.

_____. Resolução Nº 002 de 18 de fevereiro de 2006. Dispões sobre a criação do Parlamento Estudantil no Tocantins e dá outras providências. **Diário da Assembleia Legislativa do Tocantins**. Palmas: TO, nº 1470. p. 3-4.

_____. Resolução Nº 248 de 08 de novembro de 2006. Dispões sobre a criação do Parlamento Jovem, no âmbito da Assembleia Legislativa, aprova Regimento Interno do Parlamento Jovem e dá outras providências. **Diário da Assembleia Legislativa do Tocantins**. Palmas: TO, nº 1503. p. 3-8.

SAMPAIO, Thiago; SIQUEIRA, Marina. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 02, p. 380-402. nov.2013.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013**.Agenda Juventude Brasil– Quem são... Como vivem... O que pensam e propõe os jovens brasileiros? Relatório Preliminar Resumido. Brasília, 2014.

SERAFIM, Lizandra. **Controle Social: que caminhos?** Observatório de Direitos do Cidadão/Equipe de Participação Cidadã – Instituto Polis,2008.

TOCANTINS. Constituição (2010). **Constituição do Estado do Tocantins**. Palmas: TO, Assembleia Legislativa do Tocantins, 1989.

(TOCANTINS. Constituição do Estado do Tocantins. Assembleia Legislativa do Tocantins, 5 de outubro de 1989).

APÊNDICES

Apêndice A – Instrumento de Coleta de Dados

Instrumento de Coleta de Dados

Este questionário tem o objetivo de colher informações para realizar um estudo das experiências dos deputados-universitários participantes do projeto DUT (edição 2015) e entender qual a contribuição do projeto em sua formação política, cidadã e profissional? Suas respostas serão totalmente confidenciais e anônimas. “A junção desta pesquisa oportunizará a análise sobre a qual se construirá um TCC, intitulado “O Parlamento Jovem e a experiência do protagonismo juvenil no Projeto Deputado Universitário Tocantinense - PROJETO DUT,” na Universidade Federal do Tocantins (UFT), no curso de Administração. Esta pesquisa corresponde e atende às exigências éticas e científicas indicadas pela Res. CNS 196/96 que contém as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Este termo de consentimento será guardado pelo pesquisador e, em nenhuma circunstância, ele será dado a conhecer a outra pessoa.

1. Pergunta:

- Desejo participar da pesquisa
 Não desejo participar da pesquisa

PESQUISA SÓCIOECONÔMICA

Primeira fase de perguntas relacionadas ao estado socioeconômico do participante do PROJETO DUT 2015

2. Qual o seu sexo?

- Masculino
 Feminino

3. Em que faixa de idade você se enquadra?

- 18 a 22 anos
 23 a 30 anos
 31 a 38 anos
 39 ou mais anos

4. Estado civil?

- Solteiro(a)
 Casado(a)
 Divorciado(a)
 Amasiado(a) (mora junto com o companheiro(a))

5. Qual a sua faixa de renda mensal?

- entre 1 e 2 salários mínimos
 entre 2 e 3 salários mínimos
 entre 3 e 4 salários mínimos
 entre 4 e 5 salários mínimos
 entre 5 e 10 salários mínimos
 acima de 10 salários mínimos

6. Qual a sua escolaridade?

- Ensino médio incompleto
 Ensino médio completo
 Superior incompleto
 Superior completo
 Pós-graduação (incompleta)
 Pós-graduação completa (especialização)
 Mestrado
 Doutorado

7. Instituição que estuda?

8. Curso que está matriculado?

PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES
 (DIAGNÓSTICO)

Segunda fase de perguntas relacionadas a fase anterior a participação no PROJETO DUT 2015

9. Qual o seu grau de interesse em política?

Nenhum interesse 1-----
-----5 total interesse

10. Diante do seu contato direto ou indireto com temas ligados a política, como você qualificaria seu nível de conhecimento sobre o assunto?

- Nenhum conhecimento e com dificuldades sobre o assunto.
 Pouco conhecimento e algumas dificuldades sobre o assunto.
 Algum conhecimento e relativa dificuldade sobre o assunto.
 Bom conhecimento sobre o tema e facilidade sobre o assunto.
 Muito conhecimento e facilidade sobre o assunto.

11. Você acompanha notícias sobre política? Se sim, quais os meios utilizados para isso?

- Sim
 Não

Se sim, meios: internet (sites notícias), redes sociais (facebook, twitter, instagram), smartphones (whatsapp), televisão e rádio.

12. Você já participou ou participa ativamente de alguma forma de participação política?

- associação
 sindicato
 partido político
 movimento estudantil (grêmio, c.a, DCE)
 entidade religiosa
 outro.
 especificar:

13. Você já procurou algum parlamentar ou pessoa do executivo para reclamar ou

cobrar alguma ação para resolver problemas da cidade, do bairro, da cidade, do estado ou país? Se sim, qual motivo?

- Sim
 Não

14. Qual o seu nível de conhecimento atual sobre a assembleia legislativa do tocantins?

- Nenhum conhecimento.
 Pouco conhecimento.
 Razoável conhecimento.
 Bom conhecimento.
 Ótimo conhecimento.

15. Qual o seu nível de conhecimento quanto a atuação/trabalho que os parlamentares da assembleia legislativa do tocantins realizam?

- Nenhum conhecimento.
 Pouco conhecimento.
 Razoável conhecimento.
 Bom conhecimento.
 Ótimo conhecimento.

16. Qual o nível de conhecimento sobre o processo legislativo parlamentar da assembleia legislativa do tocantins?

- Nenhum conhecimento.
 Pouco conhecimento.
 Razoável conhecimento.
 Bom conhecimento.
 Ótimo conhecimento.

17. Você acredita que os votos dos cidadãos e a democracia representativa são importantes para a melhoria da cidade/estado/país?

- Sim
 Não

18. O que inspira você a participar do PROJETO DUT?

Resposta:

PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES

Esta etapa da pesquisa analisará a contribuição na formação dos participantes do PROJETO DUT 2015 (posterior).

19. Você acredita que sua percepção/atuação como cidadão foi alterada após a participação no PROJETO DUT?

- Sim
 Não

20. Você acredita que a participação no PROJETO DUT ampliou ou despertou o seu interesse por política?

- Sim
 Não

21. Como você avalia o seu interesse por política depois de participar do PROJETO DUT?

- Nenhum interesse.
 Pouco interesse.
 Relativo interesse.
 Bom interesse.
 Muito interesse.

22. Depois do PROJETO DUT, você buscou mais informações sobre temas relacionados à atividade político-legislativa?(internet, redes sociais, livros, revistas, cursos, filmes, etc.)

- Sim
 Não

23. A participação no PROJETO DUT modificou sua percepção sobre a importância do voto dos cidadãos e da democracia representativa?

- Sim
 Não

24. Você acredita que a participação no PROJETO DUT alterou sua percepção quanto ao trabalho dos parlamentares?

- Sim
 Não

25. Depois do PROJETO DUT, você acompanhou a tramitação de projetos de lei, matéria de seu interesse, na Assembleia Legislativa do Tocantins, Câmara Municipal, Câmara dos Deputados ou Senado Federal?

- Sim

- Não

26. O PROJETO DUT estimulou a você buscar no parlamento ou executivo a resolução de problemas do seu bairro, cidade, do estado ou do país?

- Sim
 Não

27. A sua participação no PROJETO DUT fará alguma diferença quanto a sua atuação em associações, partidos políticos, entidades religiosas, desportivas ou culturais?

- Sim
 Não

28. Você acredita que a participação no PROJETO DUT fez com que você melhorasse sua capacidade de discussão de temas de interesse coletivo?

- Sim
 Não

29. Você estimularia outros jovens a participar do PROJETO DUT?

- Sim
 Não

30. Explique como o PROJETO DUT contribui para a sua formação política, cidadã e profissional?

Resposta:

Apêndice B – Artigo

Palmas/TO – Junho/2016



Autoria: Vinícius Barbosa Albernaz
Acadêmico de Administração UFT.
Email: vinicius.albernaz@outlook.com

PARLAMENTO JOVEM: a experiência do protagonismo juvenil no projeto deputado universitário tocantinense

RESUMO

Os programas Paramentos Jovens (PJ) são espaços que promovem maior aproximação do poder legislativo com os jovens, através do conhecimento de seu funcionamento e buscando envolvê-los na participação política-cidadã. O presente estudo propõe uma avaliação da experiência de jovens universitários no projeto Deputado Universitário Tocantinense (projeto DUT) e busca ainda entender qual a contribuição em sua formação política, cidadã e profissional. O percurso metodológico utilizado para a realização da pesquisa foi o método quantitativo e qualitativo, do tipo exploratória e descritiva orientada sob a forma de estudo de caso com informações sobre o antes e depois da participação dos universitários. A partir de uma amostra de 30 participantes utilizando a metodologia de análise de conteúdo das respostas, constatou-se que, o projeto foi eficiente e proporcionou aos estudantes conhecimento, oportunidade, experiência e compreensão do funcionamento da atividade parlamentar.

Palavras-chave: Parlamento Jovem; Protagonismo Juvenil; Formação política e cidadã.

1. INTRODUÇÃO

Os programas denominados Paramentos Jovens (PJ), ou “Deputado por um dia” são interpretados pela literatura como espaços que promovem maior aproximação do poder legislativo com os jovens, através do conhecimento de seu funcionamento buscando envolvê-los na participação político-cidadã. De acordo com Cosson (2008) o PJ ou Deputado por um dia “costuma fazer parte dos programas de educação para a democracia das escolas do legislativo, hoje presentes na maioria das assembleias legislativas e em algumas das câmaras municipais brasileiras”. Sampaio e Siqueira (2013) enfatizam que o PJ busca melhorar a imagem da Assembleia Legislativa e desmistificar o trabalho de um deputado, que após

participar do programa os jovens conhecem com mais propriedade o processo legislativo e podem, com isso, obter uma postura mínima e confiança na instituição legislativa.

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar um estudo sobre as experiências dos ex-participantes no Projeto DUT, analisando os ganhos potenciais, em termos de formação política, advindos com a participação no projeto, especificamente sobre a edição do ano de 2015. Para alcançar este objetivo foi realizada uma análise qualitativa e quantitativa das respostas da população estudada durante o período em que vivenciaram, simularam, discutiram e debateram projetos de leis. Pretende-se, e em maior grau, a percepção de como o Projeto DUT está contribuindo na formação política, cidadã e profissional dos deputados universitários. O que falta? O projeto cumpre seu papel? O que precisa ser melhorado? Como?

Os programas denominados “Parlamento Jovem” são recentes no Tocantins, com histórico de início a partir da realização do projeto DUT edição de 2012 organizado pelo autor da Pesquisa juntamente com o colegiado do Curso de Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). Logo em seguida no ano de 2013 a Assembleia Legislativa realizou a 1ª edição do Parlamento Jovem, conforme Resolução nº 248/2006. Recentemente no ano de 2015 foi realizado o projeto DUT pelo colegiado do curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Dentro desse cenário surge a necessidade em melhor avaliar o impacto desses programas de Parlamento Jovem no Estado do Tocantins, às vezes, realizado pela Assembleia Legislativa do Tocantins, e poucas informações sobre esse tipo de ação/programa realizada em Câmaras Municipais de Vereadores no Estado. Nesse propósito urge a responsabilidade da academia Tocantinense de contribuir na avaliação e nas melhorias destes tipos de projetos/programas.

Por fim, realiza uma análise comparativa das duas edições do Projeto DUT (2012 e 2015) demonstrando que podem existir diversas formas de abordagem sobre o mesmo tema, apresentando-se os desafios para a realização das mesmas, suas particularidades, seus avanços e resultados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Protagonismo Juvenil: cidadania, participação social e política

Há no Brasil 51,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos de idade, o que equivale a cerca de ¼ da população do País, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Censo Demográfico, 2010). Esse arco de idade compreende também o período de transição, que constitui a etapa juvenil, marcada por trajetórias relativamente longas, intermitentes e, muitas vezes, não lineares de formação, inclusão social e desenvolvimento da autonomia.

Em 2005 foram criados pela Lei 11.129/2005 o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e foi instituído o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). No ano de 2010 a juventude foi inserida na Constituição Federal, por meio da Emenda 65/2010, o que significou mais um passo importante na institucionalização da Política Nacional de Juventude (PNJ) (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de outubro de 1988). Nesse contexto, após anos de mobilizações sociais e dez anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovado em julho de 2013 o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) com os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude como uma obrigação do Estado.

O documento instituiu também o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), que deve organizar em todo o país e de maneira participativa, o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações, planos e programas que constituem as políticas públicas de juventude (NOVAES, et al. 2006, p. 41).

O Estatuto da Juventude define em seu art. 1º, § 1º que:

são jovens às pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade (grifo nosso). § 2º. aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se o ECA, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

Define ainda os 11 direitos dos jovens brasileiros previstos no Estatuto referentes à: direito à cidadania, à participação social e política e a representação juvenil; à educação; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à diversidade e à igualdade; à saúde; à cultura; à comunicação e à liberdade de expressão; ao desporto e ao lazer; ao território e à mobilidade; à sustentabilidade e ao meio ambiente e à segurança pública e o acesso à justiça.

De acordo com o Estatuto da Juventude publicado pelo CONJUVE define que “a juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa-etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e 29 anos”. Nesse sentido, para os signatários do documento “as e os jovens são sujeitos coletivos de direitos” e, portanto nenhum estereótipo deve impedir o reconhecimento, exercício e garantia de tais direitos.

As políticas públicas voltadas para a juventude, construídas por seus diversos atores sociais ligados a movimentos juvenis, trabalham o protagonismo juvenil dentro do contexto de espaços participativos democráticos. Para Costa (2001, p. 9):

O Protagonismo Juvenil, enquanto modalidade de ação educativa é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso.

Segundo Serafim (2008) deve haver uma relação direta entre a sociedade civil e o governo, promovida por troca de informações, debate, deliberação e/ou intervenção, “de forma que a sociedade participe de todas as fases do processo, desde a sua definição, fiscalização e avaliação das implementações, sempre visando à partilha de poder”.

É certo que a participação política da juventude é catalisadora das mudanças, mas para que essas ocorram, os jovens precisam se reconhecer enquanto sujeitos políticos capazes de interferir nas esferas políticas do seu município e do seu estado. Dentro desse aspecto, os jovens não devem ser vistos como parte de um problema e sim como sujeitos políticos de direitos capazes de fazerem parte da solução, entendendo que é preciso abrir espaços para que o jovem possa ser protagonista juvenil em diversos contextos e cenários.

Cabe assim à responsabilidade do Poder Legislativo Brasileiro, representado pelo Congresso Nacional e também no Tocantins através da Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais de Vereadores de impulsionarem programas e/ou projetos que propiciem os espaços e oportunidades necessárias para os jovens demonstrarem os seus potenciais.

2.2. Parlamento Jovem: Inovação institucional no Tocantins

Os programas denominados Parlamento Jovem são fomentados por instituições em todo o mundo, principalmente pelas casas legislativas. Segundo Cosson (2008) as simulações de atividades parlamentares são um instrumento privilegiado de educação para a democracia e de engajamento do público escolar nas questões políticas de sua sociedade.

Na América do Sul, ocorre o Parlamento Juvenil do Mercosul que é um programa que promove a participação de estudantes do ensino médio público dos países membros do bloco que são Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, servindo como espaço para encontro e diálogo entre os jovens (PARLASUR, 2014).

No Brasil, surgiram as primeiras experiências com o nome de Parlamento Jovem em 1999 através da Assembléia Legislativa de São Paulo e em 2004 através da Escola do

Legislativo de Minas Gerais que realizavam duas formas opostas e diferenciadas de simulação parlamentar com jovens. Já como programa consolidado existe o Parlamento Jovem Brasileiro – PJB, da Câmara dos Deputados criado através da Resolução nº 12 de 18 de novembro de 2003, tem por finalidade possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático mediante participação em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados, com diplomação, posse e exercício do mandato.

De acordo com Cosson (2008, p.100) o conceito de Parlamento Jovem é “levar os estudantes a simular de alguma forma o funcionamento do Parlamento, assumindo por algum tempo o papel de parlamentares”.

No Tocantins, buscou-se instituir um programa voltado para a educação cívica e formação cidadã dos jovens tocaninenses. Para isso, foi criado através do Projeto de Resolução Nº 002/2006 no dia 16 de fevereiro de 2006 o “**Parlamento Estudantil**” que logo mudou de nome e passou a se chamar **Parlamento Jovem Tocantinense (PJT)**, juntamente com a aprovação de um Regimento Interno através do novo Projeto de Resolução nº 248/2006 (DIARIO DA ASSEMBLEIA, 2006, nº 1503).

A primeira edição do PJT ocorreu no ano de 2013, após o case de sucesso da 1ª edição do projeto DUT (edição 2012) onde a mesa diretora da Assembleia Legislativa do Tocantins (ALTO) sentiu-se na responsabilidade de realizar um programa Parlamento Jovem, buscando cumprir a Resolução nº 248/2006. O programa ocorreu entre os dias 14 e 16 de maio de 2013 e a ALTO selecionou através da SEDUC, vinte e quatro estudantes, com idade entre 16 a 22 anos, oriundos de todo o Tocantins. Os jovens passaram por todos os trâmites formais vivenciados pelos deputados estaduais, como posse, trabalhos de comissões, apresentação e aprovação de projetos, além de formação em palestras e workshops. Foi realizada também três dias de atividades com palestras específicas sobre temas como “transparência na administração pública”, “análise de constitucionalidade” e “participação do cidadão no processo político”. Os estudantes participaram ainda de visitas ao Tribunal de Justiça e ao Palácio Araguaia.

Na ordem do dia do programa foram aprovadas todas as 24 propostas apresentadas. No final do projeto os participantes acreditaram que a experiência foi importante porque os permitiu entenderem o funcionamento do Legislativo, colocaram-se ainda os projetos dos alunos à disposição dos deputados estaduais.

2.3. Projeto Deputado Universitário Tocantinense: criação, histórico e objetivos

O projeto Deputado Universitário Tocantinense – Projeto DUT teve seu embrião em 2012 e surgiu da vontade do pesquisador desta pesquisa em realizar uma ação similar de um programa de Parlamento Jovem, denominado “Projeto Politeia” do Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília – UNB onde participou como deputado universitário na Câmara dos Deputados.

Diante disso, entendendo o mérito de uma experiência e vivência parlamentar deste tipo para toda a juventude, o pesquisador decidiu implementar um projeto deste tipo na cidade de Palmas-TO, com vistas a realidade local, inserindo-se no contexto anteriormente detalhado. Para isso, convidou o Prof. Dr. Guilherme Bizarro Salve do curso de Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), e conseguiram aprovar um projeto de Extensão no Arranjo Produtivo Local (APL) do IFTO.

Seguindo nesse ideal de realizar o primeiro programa deste tipo no Estado do Tocantins e na Assembleia Legislativa, os idealizadores do projeto partiram para execução do projeto. Para isso buscaram-se parcerias com movimentos sociais juvenis, movimentos estudantis, bem como o apoio da SEDUC e, principalmente, a parceria da ALTO. Após reunião com representantes da ALTO ficou acertada a parceria, porém solicitou-se que fizesse a **alteração do nome do projeto Parlamento Jovem** porque existia uma Resolução interna de nº 248/2006 que resguardava a Casa de Leis. Diante disso, os organizadores propuseram mudar o nome do projeto de Parlamento Jovem para **Projeto Deputado Universitário Tocantinense (Projeto DUT)** e assim nascia o projeto que transformaria a vida de muitos jovens tocantinenses.

O projeto DUT recebeu inscrições de 82 jovens nas funções de deputados universitários, fotógrafos, jornalistas e colaboradores. Conseqüentemente realizou-se no dia 27 de outubro de 2012 um treinamento com o público alvo, jovens universitários com o objetivo de transmitir noções gerais de processo e produção legislativos aos futuros deputados, assessores de imprensa, fornecendo informações para a produção dos projetos de lei e para o andamento da simulação. Neste dia ocorreu também a capacitação dos universitários acerca da produção de projetos de leis e a produção de pareceres de projetos de leis (relatoria de projetos de leis dos colegas deputados).

O grande momento do Projeto DUT é a realização da simulação do processo legislativo parlamentar. A simulação ocorreu nos dias 29 e 30 de novembro de 2012 onde proporcionou de fato aos jovens universitários a vivência parlamentar na Casa de Leis ou a “Casa do Povo”. O projeto DUT contou com a participação de 02 assessores legislativos (acadêmicos do curso de Direito), 07 colaboradores (acadêmicos do IFTO e de outras IES), 02

assessores de imprensa (acadêmicos de comunicação social/jornalismo da UFT), 03 coordenadores pedagógicos do programa e 22 deputados-universitários, portanto o envolvimento direto de 36 pessoas no projeto.

Neste contexto, durante a simulação do processo legislativo foram apresentados pelos participantes 30 (trinta) projetos de leis ordinárias (PLO) sobre importantes temas da sociedade como: educação, saúde, desenvolvimento regional, segurança, cidadania, meio ambiente e outros. Isso demonstra o significativo grau de participação dos jovens, sendo estes protagonistas juvenis e integrantes de movimentos sociais, estudantis e juvenis.

Nesse contexto Carvalho (2009, p. 32) diz que “com relação à análise do conteúdo das proposições apresentadas, busca-se descobrir os sentidos que os participantes atribuem as proposições, os participantes focam suas proposições na área de Educação”.

Por fim foi realizada a entrega dos certificados com horas extracurriculares concedido pelo IFTO, e também as moções de aplausos concedidas aos participantes através dos deputados estaduais, para aqueles conforme dito anteriormente que se destacaram no projeto DUT através do prêmio revelação parlamentar organizado pelos idealizadores do projeto.

Carvalho (2009) destaca que os programas Parlamento Jovem objetivam a educação para democracia disponibilizando aos jovens mecanismos de participação e emancipação social, além de possibilitar o conhecimento e a vivência do processo democrático.

No tocante deste ideal, o autor do projeto e desta pesquisa buscou realizar uma segunda edição do projeto, tendo como experiência e prática (*know-how*) da edição anterior e buscando inovar na realização deste tipo de projeto. Desta vez, o pesquisador-participante estava (á) cursando Administração na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e convidou o Prof. Dr. Édi Benini que aceitou o convite para participar da organização do projeto DUT edição de 2015.

Logo em seguida, os organizadores buscaram desenvolver um novo projeto pensando em um novo formato que pudesse contemplar um público maior e mais dinâmico para além de jovens universitários e alunos do ensino médio, inscrever pessoas que estivessem cursando pós-graduação, acadêmicos de campi do interior, alunos do curso de extensão da Universidade da Maturidade (UMA) e jovens protagonistas juvenis de movimentos sociais, juvenis e outros. Portanto, após essa fase de parcerias partiu-se para a abertura de inscrições dos participantes, através de convocação por edital no site da UFT, bem como por meio de inscrições via aplicativo formulário do Google Docs. No total foram 140 participantes inscritos interessados em participar de alguma forma do projeto DUT 2015.

Nesta nova etapa do projeto DUT, optou-se por esta estratégia metodológica de se criar partidos fictícios e não os tradicionais utilizados pelos deputados estaduais devido o fato de se evitar uma radicalização partidária prejudicial ao projeto DUT. Nesse sentido Cosson (2008, p.119) afirma que tais medidas são tomada por razões práticas como evitar uma partidarização precoce e desnecessária e a dispersão temática das demandas dos participantes. Seguindo esta estratégia metodológica os partidos disponíveis (fictícios) para o projeto DUT foram disponíveis de acordo com ideologias políticas existentes no Brasil.

Como processo metodológico, foi realizada a etapa de treinamento com todos os participantes envolvidos no projeto DUT 2015. Os participantes foram capacitados através de um curso sobre o processo legislativo, sobre o regimento interno da Assembleia Legislativa e o modus operandi e funcionamento de todo o processo legislativo, bem como o papel a ser desempenhado por cada um dentro do projeto (COSSON, 2008). Nesse treinamento ocorreu também uma impactante inovação no projeto que foi a de propor aos deputados universitários que construíssem toda a plataforma partidária de seus partidos, do tipo: a construção de objetivos, princípios, finalidades, valores, direito e deveres dos filiados, da fidelidade e disciplina partidária, composição, atuação parlamentar, organização da bancada, lema, cores, bandeira e símbolos do partido (logomarca).

Tudo isso como forma de buscar a compreensão dos participantes acerca da importância da construção de um partido político. Para que serve? Onde pretendem chegar? O que querem defender no Parlamento? Passando-se de toda a etapa de construção digamos “burocrática” e essencial do projeto, é chegado o grande momento, o ápice, que é a realização da simulação do processo legislativo Após toda triagem todo acompanhamento e, desistências é claro, o projeto DUT contou com a participação de 03 assessores legislativos (acadêmicos do curso de Direito), 2 colaboradores (acadêmicos de outras IES), 05 assessores de imprensa (acadêmicos de comunicação social/jornalismo da UFT), 04 coordenadores pedagógicos do programa (organizadores) e 30 deputados-universitários, portanto o envolvimento de 44 pessoas.

Como forma de acompanhar a simulação do processo legislativo para que os jovens pudessem entender a importância daquele momento de vivência parlamentar emancipadora no parlamento, a organização do projeto DUT através dos coordenadores pedagógicos tiveram o devido cuidado no sentido de monitorar, acompanhar, tirar dúvidas regimentais, cobrar posturas éticas e o decoro parlamentar como forma de alcançar os resultados almejados no projeto.

Portanto, quais são os verdadeiros benefícios de tais programas para a construção de uma sociedade mais democrática? De fato, quais são as variáveis que impactam a aquisição de conhecimento político dos jovens? Com relação à efetividade desses dois projetos, estudados neste trabalho podemos apontar algumas reflexões que serão abordadas no tópico de análise de resultados, visando alcançar o objetivo principal deste trabalho.

3. METODOLOGIA

Para cumprir os objetivos da presente pesquisa o estudo vislumbrou a necessidade de gerar conhecimento e preencher a lacuna entre teoria e prática, utilizando para isso a pesquisa participante. Inicialmente, revisou-se a literatura de artigos e teses que contribuíssem com o tema parlamento jovem, o que fundamentou o trabalho, haja vista, que a literatura sobre o tema é nova.

Partindo desse pressuposto, insere-se a categoria qualitativa exploratória, empírica e descritiva que visam gerar conhecimento para potencializar o conhecimento acerca do tema, e entender o fenômeno/ocorrência/fato de origem social enquanto linha de pesquisa adotada como forma de buscar objetivos de transformação. O pesquisador está inserido no experimento, conseqüentemente, será feita uma pesquisa de campo e, por meio da ação de simulação processo legislativo, será realizado o levantamento de dados e das informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa sobre a formação política e cidadã dos protagonistas juvenis inseridos no projeto DUT.

A população pesquisada foram 30 ex-participantes do Projeto DUT (edição de 2015), ao qual é a amostra intencional. O questionário é composto por 30 questões foi estruturado com perguntas abertas e fechadas, para que os deputados universitários pudessem conceituar suas inspirações acerca de sua participação no Projeto DUT, além de suas percepções e opiniões sobre política, cidadania, voto, participação política e contribuição do Projeto DUT. A pesquisa ocorreu entre os dias 17 e 28 de maio de 2016 por intermédio de meio eletrônico (e-mail), teve um total de 27 respondentes efetivos da pesquisa o que corresponde a 90% dos participantes do Projeto DUT.

Para tabulação dos dados coletados foi utilizada a ferramenta Microsoft Excel (Versão 2010), considerando cada variável apresentada. Para análise dos dados quantitativos foi utilizada uma análise por meio de estatística simples, organizando as informações em gráficos, visando obter informações precisas e de fácil visualização dos dados com relação ao percentual apresentado. Para organizar e analisar os dados qualitativos foi utilizado o

programa NVivo 11 for *Windows*®; e como metodologia foi adotada a Análise de Conteúdo de Bardin. De acordo com Bardin (2006) “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise comunicacionais”.

Como estratégia metodológica, a primeira parte da análise desta pesquisa apresenta-se os dados socioeconômicos dos participantes como: sexo, idade, estado civil, renda, escolaridade, instituição que estuda e curso que está matriculado. Na segunda parte, serão apresentados os gráficos com a percepção do participante (antes do projeto). Em seguida, na terceira parte serão apresentados os gráficos com a análise formativa do participante (depois do projeto). Por fim, na quarta parte será realizada análise dos programas denominados “Parlamentos Jovens” e seus resultados.

De acordo com a literatura apresentada no primeiro capítulo, os jovens universitários necessitam de espaços e condições para exercer sua cidadania participativa. Cosson (2008) enfatiza que isso ocorre de forma coletiva ou uma experiência pessoal de participação política e educação para democracia.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é realizar um estudo das experiências dos participantes no Projeto DUT visando identificar a contribuição do projeto na formação política, cidadã e profissional destes protagonistas juvenis. Para inferir esses dados foi aplicado um questionário com 29 questões que serão analisadas nas próximas seções.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1. Perfil da amostra – dados socioeconômico

Nesta etapa foram aplicadas 08 (oito) perguntas com o objetivo de identificar o perfil socioeconômico do participante do Projeto DUT. A pesquisa demonstra que os participantes que responderam ao questionário tem perfis similares: a maioria são solteiros, enquadram-se na faixa de idade de 18 a 30, freqüentam a universidade e possuem renda entre 1 e 3 salários mínimos.

No aspecto gênero, a população estudada se mantém desequilibrada, de forma que 81,5% é composta pelo sexo masculino (22 respondentes) e 18,5% do sexo feminino (5 respondentes). No que se refere ao curso que os participantes do projeto DUT estão cursando a pesquisa identificou que 26% cursam Direito, 11% Gestão Pública, 11% Economia e os demais 52% são os cursos com 4% de índice como: administração, ciência contábeis, filosofia, história, medicina, medicina veterinária, sistemas para internet, engenharia civil,

educação física, enfermagem, ciências políticas, nutrição, serviço social e ensino médio. Os dados apresentados sobre os participantes que responderam que estão cursando Direito são sugestivos, isto devido ao processo legislativo parlamentar chamar mais a atenção deste grupo específico de universitários.

Sobre a pergunta em qual instituição que estuda infere-se que 41% estudam na Universidade Federal do Tocantins (UFT), 19% na Faculdade Católica do Tocantins (FACTO), 15% no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), 24% em outras Instituições de Ensino Superior (IES) e 4% no Colégio de Ensino Médio Rachel de Queiroz. Diante desses dados, demonstra-se que o PJ recebeu estudantes de diversas IES e fomentou a vivência parlamentar dos protagonistas juvenis destas diversas IES.

4.2. Percepção dos Participantes – Diagnóstico

Esta etapa é composta por 10 (dez) perguntas sendo a metodologia utilizada o questionário com perguntas abertas e fechadas, onde uma pergunta mensura o grau de interesse com escala de diferencial semântico Osgood, uma pergunta fechada onde são fornecidas respostas ao entrevistado, quatro perguntas de escala likert, uma pergunta semi-aberta, duas perguntas dicotômicas (sim ou não) e por fim uma pergunta aberta qualitativa. Como forma de manter sigilo e o anonimato dos respondentes, os participantes serão identificados por números.

Buscou-se identificar a percepção dos deputados universitários antes de terem participado do projeto DUT acerca de política, interesse por política, acompanhamento de notícias políticas, a participação política dos deputados-universitários a importância do voto e da democracia representativa. Procurou-se também instigar para que os deputados-universitários expusessem suas impressões acerca de procurar/cobrar seus representantes, nível de conhecimento sobre a ALTO, sobre a atuação/trabalho dos parlamentares, conhecimento sobre o processo legislativo parlamentar e o que inspira os (as) jovens a participarem do Projeto DUT.

Com relação ao grau de interesse em política os dados da pesquisa apontam claramente que a maioria dos jovens universitários se interessam por política, 70,4% perceberam-se no grau 5, máximo e os demais 25,9% no grau 4.

No que se refere às perguntas sobre a percepção dos deputados-universitários sobre seu nível de conhecimento com temas ligados a política e sua facilidade ou dificuldade sobre o assunto, percebe-se que 77,8% possuem bom conhecimento sobre o tema e facilidade sobre

o assunto, 18,5% possuem muito conhecimento sobre o assunto e 3,7% algum conhecimento e relativa dificuldade sobre o assunto. Nesse sentido, compreende-se este conhecimento e facilidade através da percepção do participante nº 17 onde afirma que “o projeto DUT eu imagina que seria um grande aprendizado, e pude ver na prática que eu estava certo, pois foi através do projeto que aprendi mais acerca de política, tanto na prática como na teoria”.

As perguntas que dizem respeito ao acompanhamento de notícias políticas e por quais canais de comunicação, para 74,5% dos participantes responderam que acompanham pela internet em sites de notícias políticas, 14,8% nas redes sociais (facebook, twitter, instagram) e 7,4% pelo rádio. Este dado demonstra a importância do poder da internet para o acesso a informações sobre políticas, sejam elas de sites especializados ou nas redes sociais.

A questão que diz respeito sobre a participação política dos deputados-universitários, como associações, sindicatos, partido político, movimento estudantil (grêmio, C.A's e DCE), entidades religiosas e outras, a maioria 66,7% responderam que participaram de movimento estudantil. Logo em seguida 55,6% responderam que participam de partido político e 18,5% de associações. Este resultado demonstra o protagonismo juvenil dos deputados-universitários como sujeitos de direitos que protagonizam com atividades direcionadas aos problemas reais da sociedade, atuando com liberdade, compromisso e iniciativa (COSTA, 2001, p. 9). Nesse contexto, colabora para o comentário do participante nº 1 que afirma: “Participar do Projeto DUT é uma simulação de uma atuação parlamentar que nos encoraja, nesse momento em que nos deparamos com a crise de representatividade, a disputar os diversos espaços políticos”.

As perguntas sobre se o participante do projeto DUT já procurou algum parlamentar ou pessoa do executivo para reclamar ou cobrar alguma ação para resolver os problemas do bairro, da cidade, do estado ou país? Se sim qual o motivo?

Nesse aspecto, para 74,1% dos participantes responderam que sim já procuraram e para 18,5% responderam que não, outros 3,7% responderam que foi por outro motivo que era problemas de iluminação e transporte para a faculdade.

As questões que dizem respeito sobre o nível de conhecimento atual sobre a Assembleia Legislativa do Tocantins, os participantes responderam que possuem razoável conhecimento 44,4%, bom conhecimento para 37% e para 14,8% ótimo conhecimento.

As perguntas sobre a atuação/trabalho parlamentar demonstraram que o jovem participante do projeto DUT, possui conhecimento sobre o trabalho dos mesmos. Para 48,1% percebeu-se que possuem bom conhecimento, para 40,7% razoável conhecimento 7,4% pouco conhecimento responderam.

No que diz respeito sobre o nível de conhecimento sobre o processo legislativo parlamentar da Assembleia Legislativa do Tocantins, percebeu-se que para 48,1% possuem bom conhecimento sobre o processo, para 29,6% razoável conhecimento, 14,8% ótimo conhecimento e 7,4% pouco conhecimento. Nesse sentido, percebe-se a colaboração do projeto DUT no aprofundamento deste conhecimento que para o participante nº 18 fez o seguinte comentário: “Pelo fato de ter a oportunidade de conhecer de perto como funciona os trâmites para um deputado conseguir a aprovação de um projeto de lei de seu interesse”.

Quando perguntados se acreditavam que os votos dos cidadãos e a democracia representativa são importantes para melhoria da cidade/estado/país os participantes todos foram unânimes em responder que sim.

De acordo Mozzato e Grzybovski (2011) enfatizam que a técnica de análise de conteúdo, passando-se da pré-análise, onde organizou-se o material para torná-lo objetivo e operacional, segue-se para a exploração deste material buscando sua contagem frequencial e posteriormente o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Nesse contexto, esta etapa aborda a pergunta de nº 18 do questionário que questiona o participante no que inspira você a participar do projeto DUT. Na tabela 01 é demonstrada a frequência das palavras geradas pelo software Nvivo 11 para facilitar na análise dos dados. Esta consulta seguiu-se com os critérios de frequência: 1- agrupamento com as correspondências exatas (palavras); 2- exibindo as mais frequentes e; 3- com comprimento mínimo de palavra de 11 caracteres. Os dados compilados geraram as informações com as palavras mais respondidas pelos participantes, com contagem (nº de participantes) e percentual de respostas.

Tabela 02 – Consulta de frequência de palavras – análise pré-formativa

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)
Universidade	12	14	197%
Legislativo	11	6	84%
oportunidade	12	5	70%
conhecimento	12	4	56%
Experiência	11	4	56%
funcionamento	13	3	42%
Legislativa	11	3	42%
Parlamentar	11	3	42%

Base de dados 27 respondentes

Fonte: Tabulação via software Nvivo junho de 2016.

A partir dos dados coletados percebe-se que a palavra mais frequente é **universidade** com 197% seguida de legislativo 84%. Demonstra-se assim o papel da universidade como

impulsora da cultura de educação democrática no legislativo, através do projeto de extensão Projeto DUT. De acordo com os dados a palavra **oportunidade** é respondida pelos participantes tendo índice de frequência de 70%. Esse dado corrobora para a pesquisa levando-nos a compreender a importância de projetos como o Projeto DUT na formação dos jovens.

Logo em seguida, temos as palavras **conhecimento e experiência** com índice de frequência com 56% entendendo-se assim a importância dessa percepção aos jovens. Como exemplo, recupero a resposta do participante nº 22 sobre o que a inspira a participar do projeto DUT: “Aprofundar meus conhecimentos e vivências dentro dos processos políticos”. Posteriormente, as palavras **funcionamento, legislativa e parlamentar** são percebidas com frequência de 42% demonstrando-se assim, o interesse dos participantes ao ingressar no projeto DUT que é de entender o funcionamento da atividade legislativa parlamentar. Por fim, têm-se as palavras protagonismo e representatividade com índice frequência de 28% seguida de responsabilidades com 14%.

4.3. Percepção dos Participantes – Posterior formativa

Esta etapa é composta por 12 (doze) perguntas sendo a metodologia utilizada o questionário, com 10 (dez) perguntas fechadas dicotômicas (sim ou não), uma pergunta fechada onde são fornecidas respostas ao entrevistado e por fim uma pergunta aberta qualitativa.

Na Tabela 03 são apresentados os resultados dos questionários da pesquisa em relação a contribuição do projeto DUT na formação dos participantes, referentes as 10 perguntas fechadas dicotômicas, com as respectivas análises formativas das mesmas:

Tabela 03 – Resultados dos questionários – análise formativa do projeto DUT

PERGUNTA	SIM (%)	NÃO (%)
19. Você acredita que sua percepção/atuação como cidadão foi alterada após a participação no PROJETO DUT?	100,0	0,0
20. Você acredita que a participação no PROJETO DUT ampliou ou despertou o seu interesse por política?	100,0	0,0
22. Depois do PROJETO DUT, você buscou mais informações sobre temas relacionados à atividade político-legislativa?	100,0	0,0
23. A participação no PROJETO DUT modificou sua percepção sobre a importância do voto dos cidadãos e da democracia representativa?	92,6	7,4

24. Você acredita que a participação no PROJETO DUT alterou sua percepção quanto ao trabalho dos parlamentares?	92,6	7,4
25. Depois do PROJETO DUT, você acompanhou a tramitação de projetos de lei, matéria de seu interesse, na Assembleia Legislativa do Tocantins, Câmara Municipal, Câmara dos Deputados ou Senado Federal?	100,0	0,0
26. O PROJETO DUT estimulou a você buscar no parlamento ou executivo a resolução de problemas do seu bairro, cidade, do estado ou do país?	77,8	22,2
27. A sua participação no PROJETO DUT fará alguma diferença quanto a sua atuação em associações, partidos políticos, entidades religiosas, desportivas ou culturais?	96,3	3,7
28. Você acredita que a participação no PROJETO DUT fez com que você melhorasse sua capacidade de discussão de temas de interesse coletivo?	96,3	3,7
29. Você estimularia outros jovens a participar do PROJETO DUT?	100,0	0,0
Base de dados 27 respondentes		

Fonte: Pesquisa realizada em maio de 2016.

Analisando estas questões, sobre se a percepção/atuação como cidadão foi alterada após participação no projeto DUT, os deputados universitários foram unânimes ao responder que sim. A resposta do participante nº 15 mostra esta importância: “Visto que a vivência dentro da casa do Povo é de grande enriquecimento para meu crescimento político e como cidadã”.

Continuando-se na análise, no Gráfico 17 sobre as questões que dizem respeito sobre o nível de interesse por política depois de participar do projeto DUT, 70,4% responderam ter muito interesse, 22,2% bom interesse e 7,4% relativo interesse. Estes resultados demonstram que os jovens universitários devem tornar-se parte de algo, tomar partido e, principalmente terem uma participação política ativa (BOBBIO, 1983).

Na pergunta se os deputados universitários acreditam que a participação no projeto DUT ampliou ou despertou seu interesse por política, percebe-se que há um consenso entre os participantes que responderam que sim. De forma significativa o participante nº 18 diz: “Com o projeto DUT, meu interesse pela política aumentou, o projeto mostrou dá muito bem para trabalhar muito bem como legislador desde que tenha força de vontade, o que não vimos muito na atual Casa de Leis do Tocantins”.

No que se refere à pergunta a participação no projeto DUT modificou sua percepção soabre a importância dos votos dos cidadãos, 92,6% responderam que sim, que mudou e para 7,4% que não. A resposta do participante nº 01 demonstra este fato: “Contudo, percebi a importância do espaço representativo e ao mesmo tempo, a responsabilidade social que devemos ter com a população que confia e acredita no candidato em que depositam seu voto”.

Analisando a questão sobre a participação no projeto DUT alterou sua percepção quanto ao trabalho dos parlamentares. Para 92,6% dos participantes responderam que sim, que mudou e para 7,4% que não. O participante nº 11 fez o seguinte comentário: “Aumentou meu

interesse e percepção quanto as responsabilidades e atuação dos parlamentares”. Isso demonstra que o projeto DUT contribuiu aos conhecimentos dos participantes no que diz respeito a entender o papel dos parlamentares, suas atribuições e responsabilidades.

Ao serem questionados sobre se depois do projeto DUT acompanharam a tramitação de projetos de lei, matéria de seu interesse, na Assembleia Legislativa do Tocantins, Câmara Municipal, Câmara dos Deputados ou Senado Federal, os participantes responderam unânimes que sim. O participante nº 12 assim respondeu: “O DUT nos traz a percepção de como funciona o trâmite legislativo, como estudante de Direito contribuiu muito para a minha formação do conhecimento das instituições do país”.

Analisando a questão se o projeto DUT estimulou a você buscar no parlamento ou executivo a resolução de problemas do seu bairro, cidade, do estado ou do país? Deste modo, 77,8% responderam que sim e 22,2% disseram que não. Demonstra-se este resultado na resposta do participante nº 14 que diz: “o DUT estimula o efetivo exercício da cidadania ao fiscalizar os parlamentares e recorrer, junto aos legisladores, formas de melhorarmos nossos bairros e cidades.”.

Referente à pergunta se a sua participação no PROJETO DUT fará alguma diferença quanto a sua atuação em associações, partidos políticos, entidades religiosas, desportivas ou culturais? Isso pode ser exemplificado na resposta do participante nº 17: “No meu caso, entrei em um curso universitário onde via inúmeras dificuldades e problemas, e neste mesmo contexto uma mesma equipe que vinha gerindo o curso a anos, resolvi então tentar mudar, e mesmo estando no 1º Período montei uma chapa, me candidatei, propus moldes totalmente novos e inéditos a frente da gestão do curso, e felizmente a proposta foi muito bem aceita pela população acadêmica, fazendo com que minha chapa fosse eleita”.

Analisando-se a pergunta, você acredita que a participação no projeto DUT fez com que você melhorasse sua capacidade de discussão de temas de interesse coletivo? O participante nº 03 traduz essa melhoria dizendo: “Tenho participação efetiva há muito tempo no terceiro setor e também nos conselhos. Como falei anteriormente, acho que ajudou a sentir como os parlamentares atuam e suas responsabilidades. Estou tentando multiplicar no meio que convivo esse projeto e também nas políticas públicas da minha comunidade”.

Como penúltima pergunta, todos responderam que indicariam outros jovens a participar do projeto DUT. Para os idealizadores do projeto, bem como os coordenadores pedagógicos envolvidos, este resultado é gratificante no sentido de estimular a realização de novas edições, para que o projeto possa alcançar novas pessoas gerando novos conhecimentos.

Finalmente, analisa-se neste momento a pergunta qualitativa mais desafiadora deste trabalho, que é a pergunta de nº 30 que questiona: **Explique como o Projeto DUT contribui para a sua formação política, cidadã e profissional?**

Seguindo a mesma abordagem utilizada na pergunta qualitativa anterior, após coleta das respostas dos participantes, novamente foi utilizado o software Nvivo 11 para facilitar na análise dos dados. Esta consulta seguiu-se com os critérios de frequência: 1- agrupamento com as correspondências exatas (palavras); 2- exibindo as mais frequentes e; 3- com comprimento mínimo de palavra de 11 caracteres. Os dados compilados geraram as informações com as palavras mais respondidas pelos participantes, com contagem (nº de participantes) e percentual de respostas demonstrada na tabela 03.

Tabela 04 – Consulta de frequência de palavras – análise formativa

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)
Conhecimento	12	14	57%
Universidade	12	14	57%
Legislativo	11	11	45%
Oportunidade	12	10	41%
Legislativa	11	8	33%
Experiência	11	7	29%
Importância	11	6	24%
Universitário	13	6	24%
Parlamentares	13	5	20%
Compreender	11	4	16%
Funcionamento	13	4	16%
Parlamentar	11	4	16%
Base de dados 27 respondentes			

Fonte: Tabulação via software Nvivo realizada em junho de 2016.

Infere-se, portanto, a partir dos dados coletados que a palavra mais frequente respondida pelos participantes do projeto DUT é **conhecimento** com índice de frequência de 57%. Para responder esse dado, analisando-se esta resposta, convém explicitar o raciocínio que sustenta a resposta óbvia.

Para Cosson (2008, p. 200):

é preciso ter claro que o fortalecimento das práticas e das instituições democráticas é uma questão determinante para a própria existência do Parlamento. A equação é simples: o Legislativo, mais que qualquer outro Poder, precisa de democracia para funcionar, para existir enquanto um poder independente. Sem democracia, o Parlamento é apenas um aparato formal que homologa as decisões tomadas em outro lugar.

Os resultados da pesquisa demonstram que, de fato, o Projeto DUT é eficiente em promover a formação política, cidadã e profissional de seus participantes. Os participantes do projeto DUT foram expressivamente influenciados pelo que viram e viveram no projeto, conforme outras respostas frequentes que embasam esta pesquisa como **Oportunidade** (41%), **Experiência** (29%), **Importância** (24%), **Compreender**, **Funcionamento** e **Parlamentar** (16%). A seguir é apresentada a Figura 12 com as frequências de palavras (nuvem de palavras) mais percebidas pelos participantes na questão 30:

Carvalho (2009) enfatiza que os programas de Educação Cidadã, como o PJ, propiciam esta transformação, desde que sejam adaptados para valorar a formação para a democracia e não somente o processo de simulação e de transmissão de informações políticas.

O projeto de pesquisa responde assim, conforme se observa na análise desses dados, a pergunta problema do respectivo projeto de pesquisa no campo da administração pública.

4.4. Análise dos Projetos DUT's - edição de 2012 e de 2015

O projeto DUT apontou que a participação política da juventude é catalisadora das mudanças, mas para que essas ocorram, os jovens precisam se reconhecer enquanto sujeitos políticos capazes de interferir nas esferas políticas do seu município e do seu estado. De fato, o projeto DUT colaborou para a atuação e o protagonismo juvenil possibilitando a discussão de projetos relevantes para a sociedade tocantinense.

O projeto DUT confirma os estudos desta pesquisa, demonstrando que foi possível contribuir na formação política, cidadã e profissional dos jovens, proporcionando-os um grande fluxo de informações através da experiência direta de seu envolvimento com o mundo político do poder legislativo.

Ao vivenciarem uma sessão parlamentar, debaterem na audiência pública, criando e discutindo projetos de leis, contribuiu-se para que os participante venham a desenvolver suas competências, habilidades e atitudes (CHA) em pesquisa legislativa, negociação, retórica e debate aplicadas à administração da vida pública como um todo.

Para Cosson (2008, p. 6):

Junto aos conhecimentos sobre a vida política e às práticas democráticas de discussão e construção da vida em comum, os estudantes terminam por reconhecer durante e após o Parlamento Jovem o impacto das suas palavras e ações sobre os outros; a necessidade de resolver os conflitos por meio do debate, da cooperação e da ação coletiva; a importância de respeitar a posição do outro como legítima e relevante para o desenvolvimento de sua própria compreensão do mundo; e a existência fundamental de regras comuns a todos nas relações sociais. Em outras

palavras, eles acabam absorvendo os valores de liberdade, equidade, justiça social e solidariedade que sustentam uma sociedade democrática.

Nas duas edições os participantes foram capacitados para criar, redigir e justificar seus projetos de leis de forma a priorizar as questões mais importantes de sua sociedade e/ou segmento representativos.

Os deputados universitários desenvolveram ainda, a capacidade de apresentar fatos, ideias, razões lógicas a respeito da defesa de seus ideais, bem como, na compreensão do respeito mútuo à opinião conflitante/divergente e de entender o jogo político que acontece no parlamento, que certas vezes é hipotecar-se com a vontade da maioria, além de conhecer melhor o funcionamento e a tomada de decisões na Assembleia Legislativa.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo desenvolvido no decorrer deste trabalho demonstra a relevância de se realizar programas de formação política e cidadã ao público jovem universitário dando-lhe oportunidade para participarem dizerem o que pensam o que sentem a respeito dos problemas da sociedade e principalmente escutá-los.

No cenário brasileiro, existe um forte sentimento de frustração nos jovens de não se sentirem representados pelo sistema político em vigor, percebendo-os com desconfiança, distanciamento e descrédito. Promessas não cumpridas, corrupção a falta de representatividade dos jovens nos espaços de poder entre outros fatores. Certamente, os governantes e políticos ainda não foram capazes de responder às demandas, vindas principalmente dos jovens, por mais representatividade política. Nesse sentido, é necessário que os detentores do poder da administração pública propiciem mecanismos, espaços, oportunidades e que façam com urgência uma reforma política para garantir o acesso dos jovens no parlamento brasileiro.

Uma cultura de participação, entretanto, não é algo que se cria ou implementa de um dia para o outro. Nesta perspectiva, tem sido muito criticada uma certa obrigatoriedade da participação em programas voltados “à inclusão de jovens”, onde são utilizados artifícios em que o jovem é um mero expectador de políticas públicas e no caso deveria ser um protagonista atuante (NOVAES, 2006).

O projeto DUT foi capaz de estimular o protagonismo democrático de jovens palmenses, por meio de uma metodologia diferente e inovadora, pois estimula o conhecimento e a reflexão por meio da simulação de uma situação real. Logo, essa simulação

proporcionou familiarização com os principais debates sobre políticas públicas que ocorrem no Tocantins e também no Brasil. partir do desafio de dar aos jovens de vivenciarem, entenderem e conhecerem o parlamento tocantinense. A iniciativa conseguiu quebrar preconceitos em relação à atuação dos verdadeiros deputados, dando devida compreensão sobre o funcionamento da Assembleia Legislativa e, em última instância, melhor conhecimento da dinâmica das instituições democráticas do Tocantins.

Não é sem razão, portanto, que os deputados universitários no final do projeto, tendem à confiar mais nas instituições legislativas, quando comparados a jovens que não tiveram essa oportunidade. De certa forma, é gratificante perceber que os deputados universitários são unânimes em afirmar que, após participarem do projeto a experiência que obtiveram no projeto DUT foi transformadora em suas vidas, indicariam outros jovens, conheceram melhor o poder Legislativo, as responsabilidades dos deputados, e a vida política em geral. Também não acontece por acaso o despertar destes protagonistas juvenis a inserir-se na vida política/pública, seja atuando no terceiro setor, ganhando o grêmio estudantil e/ou centro acadêmico como visto nas análises, ou principalmente vir a se candidatar nos diversos cargos eletivos do Estado, ou talvez do país (COSSON, 2008).

Vale destacar, a desafiante trajetória para realizar este tipo de programa na Assembleia Legislativa visando o tamanho da burocracia para obter o acesso do público jovem universitário na Casa de Leis. Rememora-se também que, após seis anos da implementação da Resolução nº248/2006 é que veio ocorrer um programa de Parlamento Jovem no Tocantins. Criam-se as leis, mas não as se executam.

Por fim, diante do exposto podemos afirmar que é fundamental o jovem participar da política, pois assim, renova-se o parlamento com novas idéias e atitudes e principalmente a cultura democrática do país. Desperta-nos ainda acerca da responsabilidade social que cabe a todos os brasileiros, de procurar soluções para viabilizar a construção de um país mais justo e igualitário. Deseja-se que os subsídios advindos dos resultados desta pesquisa estimule a condução desse programa pela Assembleia Legislativa e que se possa criar uma cultura de educação para democracia para a sociedade tocantinense.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. 2006. (Obra original publicada em 1977)

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Constituição (2010). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado, 1988.

BRASIL. Lei 12.852, de 05 de Agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre o direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, Seção 1, nº 150, p. 1-4, 06 ago. 2013.

CARVALHO, Alexandre Ventura Caçador. **O Parlamento jovem e a experiência das escolas do legislativo mineiro e da Câmara dos Deputados: o desenvolvimento da cultura cívica, propícia à democracia**. 2009. Monografia (Especialização em Processo Legislativo) – Pós-graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/CEFOR, Brasília.

COSSON, Rildo. Dois modelos de parlamento jovem: uma leitura de seu funcionamento como letramento político. In: I PHOJETOS – Simpósio Nacional sobre Política, Ética e Educação. Unicamp, **Anais...** Campinas, 2008.

COSSON, Rildo. **Escolas do legislativo, escolas de democracia**. Série colóquios de excelência; n.1, Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 2008.

COSTA, A. C. G. **Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo; um guia para o educador**. Belo Horizonte: Universidade, 2001.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **ANPAD-RAC**. Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

Resolução nº 12 de 18 de novembro de 2003. Dispõe sobre a criação, no âmbito da Câmara dos Deputados, do “Parlamento Jovem Brasileiro” e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, p. 62498, 19 nov. 2003.

_____. Resolução Nº 002 de 18 de fevereiro de 2006. Dispões sobre a criação do Parlamento Estudantil no Tocantins e dá outras providências. **Diário da Assembleia Legislativa do Tocantins**. Palmas: TO, nº 1470. p. 3-4.

_____. Resolução Nº 248 de 08 de novembro de 2006. Dispões sobre a criação do Parlamento Jovem, no âmbito da Assembleia Legislativa, aprova Regimento Interno do Parlamento Jovem e dá outras providências. **Diário da Assembleia Legislativa do Tocantins**. Palmas: TO, nº 1503. p. 3-8.

SERAFIM, Lizandra. **Controle Social: que caminhos?** Observatório de Direitos do Cidadão/Equipe de Participação Cidadã – Instituto Polis, 2008.

TOCANTINS. Constituição (2010). **Constituição do Estado do Tocantins**. Palmas: TO, Assembleia Legislativa do Tocantins, 1989.